A large black and white photograph showing a massive crowd of people, mostly men, gathered in front of a church. The church has a prominent cross on its facade and several arched windows. The crowd is dense, filling the foreground and middle ground, extending towards the church. Many people are wearing hats and simple clothing, suggesting a rural or working-class setting. The background shows some buildings and trees under a clear sky.

Luis Fernando Lopes Pereira

Movimentos Sociais, Terra e Cidadania nos tempos de JK

Estudos sobre a Revolta dos Posseiros no
Sudoeste Paranaense (1957)



Este livro é parte do resultado final deste projeto que teve como desafio coletar as fontes e preencher lacunas historiográficas sobre a "Revolta dos posseiros" que ocorreu no sudoeste paranaense em 1957, durante o governo estadual de Moysés Lupion e federal de Juscelino Kubitchek de Oliveira. O objetivo geral do projeto era resgatar os personagens anônimos da Revolta do sudoeste, dando ênfase aos camponeses, o que foi contemplado pelo resgate plural de fontes e pela elaboração de duas partes deste livro: a parte quatro que trata dos relatos a partir dos camponeses de Verê e a última parte do livro, de importância central, a construção das biografias dos camponeses que era um dos objetivos específicos. As fontes coletadas são dos mais variados tipos, desde fontes secundárias (os estudos de Mestrado e Doutorado feitos sobre o tema) até a seleção e organização das fontes primárias, parte fundamental do trabalho da pesquisa. (reportagens de jornais, processos judiciais, discursos parlamentares, discursos de governo, relatórios de secretarias, fotos, entrevistas etc.). Estas fontes são tidas como primárias pelo fato de serem testemunhos do período que, de certa forma, se quer resgatar. Desta maneira, imersas em seu contexto, elas nos trazem os ecos do passado, os vestígios, as pistas, os sinais, com os quais o historiador pode construir uma visão plausível, provável do passado. Estas fontes estão no repositório de fontes da Universidade Estadual de Ponta Grossa à disposição de vocês, professores e professoras. Este livro pretende, portanto, não apenas oferecer uma narrativa padrão sobre o evento histórico em foco, mas permitir uma construção destas narrativas através da análise das fontes seja feita em sala de aula, utilizando as fontes do repositório e as orientações presentes neste guia. Assim, este livro está mais para um manual para o uso das fontes que um livro narrativo tradicional.



Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK

Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK

**Estudos sobre a Revolta dos Posseiros
no sudoeste paranaense (1957)**

Luís Fernando Lopes Pereira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PEREIRA, Luís Fernando Lopes

Movimentos sociais, terra e cidadania nos tempos de JK: estudos sobre a Revolta dos Posseiros no sudoeste paranaense. (1957) [recurso eletrônico] / Luís Fernando Lopes Pereira -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

110 p.

ISBN - 978-65-81512-37-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Movimentos sociais; 2. cidadania; 3. Revolta dos Posseiros; 4. consciência histórica; 5. Juscelino Kubitcheck; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	9
1	13
As bases pedagógicas: por uma consciência histórica crítica	
2.....	15
A História: a busca de um passado provável	
3.....	19
A narrativa consensual sobre o caso: raízes, conflitos e soluções	
4.....	47
Narrativas silenciadas: o protagonismo dos camponeses a partir dos relatos dos/as colonos/as de Verê	
5.....	54
Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres	
6.....	70
Narrativas silenciadas: populações originárias	
7.....	71
Lendo imagens, contando histórias	
Fontes primárias	78
Referências	82
Biografias	92

Apresentação

Querida professora, querido professor:

Vocês têm em mãos o resultado de uma pesquisa de três anos, financiada pela CAPES (Edital 12/2015: Memórias brasileiras: biografias) que reuniu uma equipe constituída por pesquisadores de programas de pós-graduação de ponta do Brasil¹, que uniram habilidades para construir este material.

Este livro é parte do resultado final deste projeto que teve como desafio coletar as fontes e preencher lacunas historiográficas sobre a "Revolta dos posseiros" que ocorreu no sudoeste paranaense em 1957, durante o governo estadual de Moysés Lupion e federal de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O texto que aqui se apresenta é fruto das pesquisas feitas durante a vigência do projeto Memórias Brasileiras. Em particular as produções de Danielle Regina Wobeto de Araújo², que realizou seu estágio pós-doutoral no projeto e a mestranda Laís Mazzola Pilleti³, assim como o

¹ Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (Luís Fernando Lopes Pereira, Ricardo Marcelo Fonseca e Danielle Regina Wobeto de Araújo), Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gustavo Siqueira), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (Heloísa Starlin) e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Alessandra Isabel de Carvalho e Robson Laverdi)

² ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. PEREIRA, Luís Fernando Lopes. "Notas arquivísticas sobre a Revolta dos Posseiros (1957)", aceito e que será publicado na próxima edição da **Revista Tempos Históricos**. e-ISSN 1517-4689. Uniãoeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. PEREIRA, Luís Fernando Lopes. "**As mulheres na Revolta dos Posseiros (1957)**", em submissão para um Revista A1. Este texto levemente modificado compôs a parte deste livro relativa à questão das mulheres.

ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. **Cultura jurídica policial na Revolta dos Posseiros (1957)**, em submissão para um Revista A1.

ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. O clã mais poderoso da província. In: **Jornal Plural**. Entrevista acerca da Revolta dos Posseiros. Em 26.03.2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/o-cla-mais-poderoso-da-provincia/>. Acesso em 15/07/2019.

³ PILLETTI, Laís Mazzola. **Revolta dos Posseiros: Direito Administrativo e modernização entre enxadas e winchesters**. Dissertação de mestrado (mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

graduando Kauan Juliano Kangussú⁴ e a graduanda Thaís Letícia Borato Ziliotto⁵, que além de pesquisarem no projeto em suas iniciações científicas, fizeram também seus trabalhos de conclusão de curso sobre o tema e foram base para o relato aqui construído.

As fontes foram coletadas, tratadas, sistematizadas e ordenadas pelos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná onde estava a coordenação do projeto e dos trabalhos. Aproveito para registrar aqui o trabalho feito pelos acadêmicos do curso de direito: Wesley Bergonzine, Eduarda Carvalho, Paula Barbieri, Kauan Cangussú, Thaís Letícia Ziliotto, Bruno de Oliveira Cruz e Aguinaldo Henrique; e também do acadêmico de história Bernardo Forlin.

O objetivo geral do projeto era resgatar os personagens anônimos da Revolta do sudoeste, dando ênfase aos camponeses, o que foi contemplado pelo resgate plural de fontes e pela elaboração de duas partes deste livro: a parte quatro que trata dos relatos a partir dos camponeses de Verê e a última parte do livro, de importância central, a construção das biografias dos camponeses que era um dos objetivos específicos.

As fontes coletadas são dos mais variados tipos, desde fontes secundárias (os estudos de Mestrado e Doutorado feitos sobre o tema) até a seleção e organização das fontes primárias, parte fundamental do trabalho da pesquisa. (reportagens de jornais, processos judiciais, discursos parlamentares, discursos de governo, relatórios de secretarias, fotos, entrevistas etc.).

Estas fontes são tidas como primárias pelo fato de serem testemunhos do período que, de certa forma, se quer resgatar. Desta maneira, imersas em seu contexto, elas nos trazem os ecos do passado, os vestígios, as pistas, os sinais, com os quais o historiador pode construir uma visão plausível, provável do passado. Estas fontes estão no repositório de

⁴ CANGUSSÚ, Kauan Juliano. **Conflitos agrários no Sudoeste do Paraná (1943-1957): uma reflexão a partir dos relatos de colonos/as da região de Verê**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018).

⁵ ZILLOTTO, Thaís Letícia Borato. **Desapareceu do Paraná o império da lei?** Aspectos jurídicos da revolta dos posseiros em 1957. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

fontes da Universidade Estadual de Ponta Grossa à disposição de vocês, professores e professoras.

Este livro pretende, portanto, não apenas oferecer uma narrativa padrão sobre o evento histórico em foco, mas permitir uma construção destas narrativas através da análise das fontes seja feita em sala de aula, utilizando as fontes do repositório e as orientações presentes neste guia. Assim, este livro está mais para um manual para o uso das fontes que um livro narrativo tradicional.

De início traremos as bases pedagógicas que o sustentam. Ao usar as fontes, alunos e alunas experimentarão um pouco a responsabilidade do historiador, que torna seu ofício complexo, o que é tratado na parte 2 que pretende destacar brevemente a importância das fontes primárias para o historiador e também apresentar uma seleção de grandes historiadores e historiadoras contemporâneos.

Em seguida, na parte 3, apresentamos uma discussão sobre o retorno da narrativa na história e problematizaremos o uso das variadas fontes escritas utilizadas para a construção de uma visão plausível da revolta que apresentaremos a vocês. Importante para a boa condução dos trabalhos e para a orientação no manejo com as fontes, uma boa síntese das questões mais importantes que puderam ser extraídas das variadas fontes coletadas que trazemos no item 3.

Importante destacar aqui que a multidisciplinaridade da equipe de pesquisa foi fundamental para uma compreensão mais complexa e abrangente de nosso objeto, pois permitiu de forma qualificada explorar as fontes disponíveis que possuem origens diversas e que estão codificadas em linguagens específicas, como a jornalística e a jurídica.

Na parte 4 focaremos nas narrativas que ficaram fora do padrão e que eram parte dos objetivos centrais desta pesquisa, em um primeiro momento centrando o olhar nos camponeses, através do resgate de depoimentos e das visões dos mesmos sobre o conflito. Escolheu-se a região de Verê, onde começou a revolta.

Na parte 5 outra narrativa silenciada, a das mulheres, cujo resgate era também um dos objetivos centrais do projeto.

Na parte 6, um auxílio para o uso de fontes iconográficas, para propiciar uma leitura de imagens, trazendo uma bibliografia atual para tratar do tema, possibilitando o uso das fotografias não apenas como ilustrações ao texto, mas como verdadeiras fontes que têm de ser lidas com um instrumental adequado.

Na parte 7 outro objetivo central do projeto de pesquisa, título de seu foco: biografias, na qual reunimos as biografias dos camponeses e camponesas.

As bases pedagógicas: por uma consciência histórica crítica

Vocês têm em mãos um guia de uso de fontes históricas que tratam do conflito de terras ocorrido na região sudoeste do estado do Paraná em 1957 e que permitirá um trabalho com seus alunos e alunas que envolva a reflexão crítica e a percepção das particularidades do fazer historiográfico.

Desta forma, este livro tem como objetivo central permitir a construção, com alunos e alunas, de uma consciência histórica, conceito desenvolvido pelo pensador alemão Jörn Rüsen, que parte da ideia de que construímos as narrativas históricas no presente, sendo esta uma habilidade fundamental para se desenvolver nos estudantes.

O processo de construção de identidade do sujeito está intimamente relacionado, para o autor, com a questão da consciência histórica, que filtra suas relações com seu presente e com seu cotidiano. Afinal, "mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana."¹

A partir das lentes dele encaramos a sala de aula como um "espaço de conhecimento" o que exige uma alteração na natureza dos papéis de alunos e alunas e professores, como destacado também por bell hooks,

¹ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 67.

em seu livro "Ensinando a transgredir"², no qual, inspirada em Paulo Freire³, defende uma pedagogia ativa, com discentes como construtores do conhecimento em uma "comunidade de aprendizado".

Para trazer tal reflexão para nosso ofício de construção da consciência histórica, planejamos um percurso que possibilite ao professor e à professora um trabalho com as fontes primárias que coletamos nesta pesquisa de três anos e que estão disponíveis para sua consulta e trabalho no repositório da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A pretensão do trabalho com as fontes é demonstrar as dificuldades de construção das narrativas históricas e as relações de força presentes nas mesmas.

Isto habilitará os estudantes a construir uma narrativa, a construir o passado, a perceber-se nele e a percebê-lo em sua relação com o presente. Com isto pretendemos contribuir para a construção de cidadãos críticos e com consciência histórica e cidadã, que os possibilite uma intervenção mais qualificada no cotidiano, com consciência histórica.

Mas, a aprendizagem histórica exige uma compreensão satisfatória "daquilo em que consiste a especificidade do pensamento histórico e da forma científica moderna em que se expressa."⁴

Assim, como a especificidade do trabalho historiográfico é o tratamento adequado das fontes, o uso das fontes, o recurso às fontes, é preciso inicialmente focar no debate acerca do que é a história e como se escreve a história.

² hooks, bell. **Ensinando a transgredir**; a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

³ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**; saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁴ RÚSEN, Jörn. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência; Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 248.

A História: a busca de um passado provável

A partir do recente diálogo entre a história e a linguística e a teoria literária, as propostas de redução da historiografia à sua dimensão narrativa fizeram muito sucesso, como Hayden White¹, que destaca a necessária percepção da faceta dos elementos construtivos do conhecimento, seus elementos ativos, dando centralidade ao pesquisador e reforçando o peso da subjetividade. Com isto, a ideia de que os historiadores possam "provar algo parece a muitos antiquada e até ridícula"². Mas, em tempos de revisionismo histórico e de redução do saber sobre o passado a uma mera opinião, a uma retórica sem provas, destinada apenas a convencer, é preciso reforçar os vínculos do saber sobre o passado com as pistas, provas, indícios que ele nos deixou.

Desta forma, apesar de se recepcionar aqui as desconstruções trazidas pela linguística e pela teoria da linguagem, limita-se aqui este relativismo que liquida a verdade em favor de uma interpretação ativa, como em Derrida³. Mas, como nos ensina Edward Said, o relativismo tem que ter seu limite cognitivo, ético e moral.⁴

O passado não pode ser resgatado como ele realmente aconteceu. Não nos é possível um retorno a uma posição testemunhal. E mesmo se isto fosse possível, veríamos a realidade através de nossas lentes particu-

¹ WHITE, Hayden. **Meta-história**; a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

² GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13.

³ DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.

⁴ SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

lares. Mas o passado nos legou vestígios, sinais, provas, pistas, fontes...e através delas podemos chegar, se não a um passado verdadeiro, ao menos a um passado provável, ou seja, aquele que eu consigo encontrar nas provas, nas pistas, nas fontes. Daí a relação do historiador ser primordialmente com as fontes.

O fazer historiográfico exige, inclusive, um diálogo intenso, constante e aberto entre os referenciais teórico-metodológicos e as fontes. O historiador transita sempre na tênue linha de ter de interpretar o passado, mas ao mesmo tempo fazê-lo de forma não anacrônica, ou seja, historicizar seu objeto. Afinal, como nos alerta Carlo Ginzburg,

“As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. Mas a construção não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível.”⁵

Desta forma, aceita-se a possibilidade de que possamos reconstruir a história humana com base em rastros, inícios daqueles que as semearam. Entretanto, aqui exige-se um outro importante cuidado que ganha maior destaque quando focamos em nosso objeto de pesquisa, as camadas populares, que vinculadas muitas vezes a uma tradição oral poucos registros nos legaram.

As fontes que nos restaram preservadas do passado são, hegemonicamente produzidas pelas elites econômicas ou, ao menos, culturais. As elites letradas deixaram formalizados registros e, através do controle das instituições modernas e pré-modernas, controlaram também as chamadas fontes oficiais.

A simples transposição de uma cultura oral para uma escrita tem seus filtros e altera sobremaneira o objeto, como demonstram os estudos

⁵ GINZBURG, Carlo. **Relações de força**; história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.44-45.

de Robert Darnton⁶ acerca dos contos infantis, adaptados para as elites pelos irmãos Grimm.

Assim, é preciso levar em consideração as relações de força que marcaram a construção das fontes que muitas vezes filtram ou silenciam as falas daqueles que se pretende resgatar.

Por isso é preciso, como diz Walter Benjamin⁷, escovar a história a contrapêlo, para que se retire das fontes as falas subalternas, em nosso caso, o protagonismo dos camponeses, dos posseiros na revolta que foi narrada pelos personagens urbanos e letrados.

Ao resgatarmos a historicidade de personagens comuns auxiliamos também a possibilidade de identificação de nossos estudantes como personagens históricos, despertando também o interesse pela história pessoal, genealógica ou mesmo do bairro ou da cidade.

A ideia aqui é aproximar a figura do historiador com a do detetive. Os dois pretendem resgatar um fato que aconteceu no passado e os dois têm para isto as pistas deixadas. É na investigação das pistas, dos fios, das tramas, dos rastros, que o historiador tece sua história. Logo, não há espaço aqui para opiniões ou para palpites ou mesmo retóricas sem provas.

O historiador é limitado por suas fontes e são elas que dizem até onde ele pode ir em suas interpretações. Por isso a lida com as fontes por parte dos estudantes tem também este benefício, de perceber que, embora se relativize a visão do passado que tem certo peso de subjetividade em sua reconstrução, isto não significa que qualquer opinião sobre o passado é válida.

Algumas podem até mesmo serem coerentes, mas carecerão de plausibilidade. Afinal, “encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores”⁸. O trabalho do historiador é, portanto, científico, de busca de uma verda-

⁶ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**; e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁷ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica**; arte e política. Obras escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁸ GINZBURG, Carlo. **Relações de força**; história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.61.

de plausível, de um passado provável posto que reconstruído a partir das fontes e de suas delimitações.

Isto não significa, entretanto, que a verdade esteja oculta nas fontes. Estas são produtos também subjetivos, sociais e culturais. Estão carregadas de marcas daqueles que produziram tais textos, afinal todo texto está em um contexto e todo autor também.

Isto ficará perceptível quando do uso de fontes jornalísticas, por exemplo, quando as visões de periódicos distintos sobre o mesmo fenômeno era diversa. A mesma diferença está presente nas fontes da política em que discursos disputam a interpretação hegemônica dos fatos.

A narrativa consensual sobre o caso: raízes, conflitos e soluções ¹

A narrativa histórica esteve durante algum tempo distante da perspectiva historiográfica. O estruturalismo marxista ou dos Annales dominavam a história de longa duração, uma história-problema. Nos últimos anos assistimos a uma mudança de escala significativa na escrita da história. A opção pelos subalternos, pelos silenciados e invisibilizados pela história tradicional estão no foco desta pesquisa.

O centro dela é a construção de uma narrativa que privilegie os camponeses e lhes confira maior protagonismo. Para tanto, a mudança para a escala micro, tanto no recorte temporal quanto na volta dos fatos e personagens, é um dos requisitos.

Para que você, professor e professora tenham instrumentos informativos para conhecer o objeto e poderem trabalhar este conteúdo de maneira mais segura, apresentamos aqui uma narrativa dos acontecimentos históricos que marcaram a disputa de terras na região do sudoeste do estado do Paraná no período do governo de Juscelino Kubitschek.

¹ A primeira sistematização da narrativa do projeto foi feita nas Monografias de Conclusão de Curso de Direito (UFPR) de Kauan Juliano Cangussú e Thaís Leticia Borazo Ziliotto sob minha orientação. Ver: CANGUSSÚ, Kauan Juliano. Conflitos agrários no Sudoeste do Paraná (1943-1957): uma reflexão a partir dos relatos de colonos/as da região de Verê. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018) e ZILIOTTO, Thaís Leticia Borazo. Desapareceu do Paraná o império da lei? Aspectos jurídicos da revolta dos posseiros em 1957. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

A área referente ao sudoeste do Paraná possui 11.645,792 quilômetros quadrados e abrange 37 municípios paranaenses, distribuídos entre as microrregiões de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Aqui o auxílio e diálogo com a disciplina de geografia é evidente!

Esta narrativa foi construída a partir do uso das fontes escritas disponíveis sobre o caso, desde os recortes de jornais (em grande parte selecionados em pesquisa anterior feita pelo historiador Ruy Wachowicz) com o dia a dia do que ocorria, até os debates judiciais e parlamentares, passando por uma bibliografia nacional que menciona o caso, ou elementos fundamentais de seu entorno, importantes para a sua compreensão. Foram manejadas de forma complexa as variadas fontes coletadas e que estão disponíveis para uso.

Pretendemos aqui também relacionar quando possível esta narrativa com temas tratados pela recente historiografia brasileira, permitindo a vocês uma consulta a tais obras e o uso das mesmas como instrumentos de interpretação das fontes.

A região que hoje é conhecida como sudoeste do Paraná foi alvo, desde o século XIX, de disputas fronteiriças internacionais, entre Brasil e Argentina (A contenda foi resolvida através da arbitragem realizada pelo presidente estadunidense Cleveland em 1895, cujo Laudo decidiu em favor das pretensões brasileiras), e nacionais, entre o estado do Paraná e Santa Catarina. A disputa com o estado de Santa Catarina foi resolvida apenas em 1916, após a Guerra do Contestado. A região, dividida entre os dois estados, não pertenceu inteiramente a Santa Catarina em virtude da reação dos políticos catarinenses e paranaenses ao movimento que propunha a criação do estado de Missões, com capital em União da Vitória, no território disputado. Para complicar o cenário e fazer com que a região possa servir como um laboratório para a compreensão da questão agrária no Brasil, a posse e a propriedade das terras ali foi durante muito tempo precária, sem claras bases jurídicas.

Esta questão da posse da terra remonta ao final do Império, quando Dom Pedro II concede ao engenheiro João Teixeira Soares uma área

enorme de terras devolutas, em troca da construção da ferrovia Itararé-Uruguay. Essa concessão foi mantida na República, com algumas alterações, como sua divisão em glebas (sendo as duas maiores de Missões e Chopim), que foram tituladas à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG)², posteriormente sucedida pela Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO)³, como forma de pagamento pela construção de obras ferroviárias no estado. Este elemento das origens da questão fundiária no Brasil permite um olhar das raízes da concentração de terras em nosso país já que as glebas concedidas eram espaços enormes. Outro elemento que pode ser vinculado às questões gerais é a relação desta concentração de terras com as companhias férreas, que permite problematizar como a modernização parcial e conservadora que o Império realizou, o fez com grandes custos sociais. Aqui é possível mesmo trazer a questão do Contestado que ocorreu entre o Paraná e Santa Catarina no início do século XX por conta da migração de camponeses expulsos de suas terras para a construção da ferrovia. Podendo mesmo aprofundar a questão tratando das incontáveis mortes para tais construções, como mostra o clássico estudo de Francisco Foot Hardman sobre a construção da ferrovia Madeira-Manoré. Aqui é possível também abordar a dificuldade de recrutamento de trabalhadores nesta que ficou conhecida como a ferrovia do diabo pelo número de mortes.⁴

A princípio, todavia, as terras não foram objeto de nenhum projeto de colonização, permanecendo habitada por caboclos e indígenas e por alguns grupos de exploradores argentinos⁵. A história destas populações pioneiras tornou-se difícil pela escassez de fontes sobre tais ocupações. Aqui destacamos o aspecto do fortalecimento de uma cultura letrada e formalista em detrimento da oralidade.

² A CEFSPRG fazia parte do conglomerado da Brazil Railway Company, também incorporada ao patrimônio nacional.

³ As terras foram tituladas em 23/08/1920 (CEFSPRG) e 22/11/1920 (BRAVIACO). Ver: WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p.179.

⁴ FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma**; a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 7, 1968. p. 4.

Não obstante vários autores indiquem a baixa concentração demográfica da população aos anos 1940 como um “grande vazio demográfico”, já em 1890 um recenseamento realizado na região disputada com a Argentina identificou a presença de 9.601 pessoas. Vale lembrar que a região era objeto de conflito entre os dois países e a presença de índios e caboclos brasileiros, foi essencial na argumentação do *Uti Possidetis* pela delegação brasileira durante a arbitragem com a Argentina. Desse contingente, 4.173 pessoas eram indígenas, número provavelmente inexato se estimamos a existência de indivíduos não registrados oficialmente.⁶

Este paradoxo do uso político das populações originárias de um lado e a negação de sua existência de outro é mais um dos aspectos que podem ser explorados.

Aqui outro tema que aparece relacionado à questão fundiária é o padrão de colonização do território brasileiro que pode ser percebido, por exemplo, pelo exame do clássico de Caio Prado Jr⁷ que analisa a expansão da titulação de terras antes e independentemente da ocupação territorial, o que caracteriza claramente uma transição do antigo regime sesmarial, no qual o elemento da posse era importante, para um regime proprietário, no qual a formalização, a titularidade é fundamental. Segundo Caio Prado, “os títulos de propriedade e o domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e colonização”. Esse processo de titulação ignora também os eventuais direitos e as territorialidades de comunidades e povos tradicionais que ocupam as terras nas fronteiras antes da articulação de tais frentes “*pioneiras*”.

Este aspecto pode ser explorado também em sala de aula, buscando, inclusive, suprir as lacunas historiográficas. Daí a construção da consciência histórica ser feita em conjunto. Ao se perceberem como sujeitos históricos e ao atribuir esta historicidade aos seus, muitas vezes nossos alunos e nossas alunas nos trazem suas realidades, muitas vezes distan-

⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Littero-Técnica, 1985.

⁷ PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.1979.

tes das nossas e esclarecedoras de problemas centrais da nacionalidade, como a questão dos povos originários ou a questão fundiária.

Como nossa cultura ocidental é profundamente visual, como destaca Guy Débord, é interessante fazer com que os alunos e alunas visualizem o mapa de onde aconteceram os conflitos. Aqui, outros dois temas podem ser sugeridos para o debate. O primeiro a questão dos mapas, afinal a cartografia tem uma história e uma reflexão próprias. De certa forma, a própria demarcação através dos mapas projeta ali a vontade de imposição da lógica proprietária, traçando uma realidade através de abstrações que muitas vezes ignoram uma série de aspectos da realidade. Aqui é possível trazer o exemplo histórico da desintegração do Império Turco Otomano após a Primeira Grande Guerra, quando franceses e ingleses traçaram o que seriam as fronteiras do Oriente Médio,⁸ gerando problemas e conflitos que permanecem até hoje, como a questão palestina⁹.

Ainda em relação ao mapa, pode-se explorar aqui seu conteúdo representativo, afinal ele nada mais é que uma representação. É possível aqui trazer a literatura, em particular Jorge Luis Borges que no conto sugere que o mapa ideal seria aquele que estaria sobreposto ao território. A história de Borges, citada ficcionalmente como de Suárez Miranda, Viagens de varões prudentes, livro IV, capítulo XLV, Lérida, 1658, imagina um Império em que a ciência da cartografia se torna tão exata que apenas um mapa em escala real do Império mesmo seria suficiente. As gerações seguintes teriam aprendido a lição de que, em verdade, o mapa de nada serviria. Ele era inútil e por isso o deixaram sob as intempéries do sol e dos invernos e nos desertos do Oeste ainda restam despedaçadas ruínas do mapa, habitada por animais e mendigos.¹⁰

Outro aspecto que pode ser questionado é esta centralidade do visual, em particular em nossa cultura que parece se aproximar das

⁸ HOURANI, Albert. **História dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

⁹ SAID, Edward. **A questão palestina**. São Paulo: Unesp, 2012.

¹⁰ BORGES, Jorge Luis. **El hacedor**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1960.

interpretações feiras por Guy Débord¹¹ de uma sociedade de espetáculo. Segundo ele depois do deslocamento do ser para o ter, as nossas sociedades experimentaram a transição do ter para o aparentar.

De qualquer maneira, segue na sequência o mapa da região de conflito entre Brasil e Argentina, na qual se estabelecerá também um conflito interno em relação à jurisdição, que gerou outro de posse e propriedade de terras. O mapa é do acervo da Prefeitura de Francisco Beltrão e faz parte das fontes coletadas por este projeto.

MAPA DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA AS GLEBAS MISSÕES/CHOPIM.



FONTE: Acervo Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão

No início do século XX, José Rupp obteve terras de arrendamento junto ao governo catarinense para extração de erva-mate e madeira, mas as áreas que foram demarcadas naquela ocasião já pertenciam à CEFSPRG que ajuizou em Florianópolis uma Ação Sumária de Manutenção da Posse, apreendendo e destruindo o depósito de erva mate já extraída em 1920 por José Rupp e o impossibilitando de explorar a região. Em apelação apreciada 18 anos depois (1938), José Rupp conseguiu o direito à indenização, propondo que a perda de madeira e erva-mate fosse compensada com a titulação das terras do Sudoeste, nas glebas Missões, Chopim, Chopinzinho, Silva Jardim e Andrada. Missões e Cho-

¹¹ DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**; comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

pim seriam transferidas para BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio).

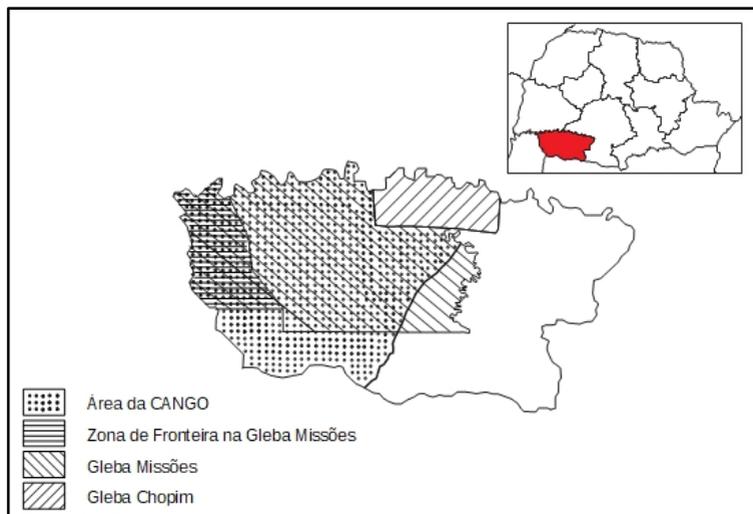
Em novembro de 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o interventor do Paraná Mário Tourinho anula as concessões dadas à São Paulo-Rio Grande e à BRAVIACO através de um decreto estadual (Decreto de nº 300/31), reincorporando-as ao patrimônio do estado

Tais medidas provocaram a reação das companhias, que contestaram judicialmente a validade dos decretos expedidos pelo interventor. Em 1940, a União, ignorando a medida paranaense, reincorporou as glebas para se ressarcir de uma dívida da Railway junto ao Tesouro Nacional¹² — reincorporação contestada pelo Paraná com o argumento de que a empresa inglesa não era detentora dos títulos de posse há dez anos.

O território de, no mínimo, 300.000 hectares nunca foi oficialmente demarcado¹³, isto porque as terras já eram objeto de litígio entre a União e o Estado do Paraná quando da sua inauguração, impossibilitando uma demarcação oficial.

¹² BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.073 de 08.03.1940**. Incorpora ao patrimônio da União a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande e as empresas a ela filiadas.

¹³BRASIL. **Portaria n.º 180**, 30 de junho de 1931: Fixa normas para instalação das colônias nacionais nos municípios de Palmas e Clevelândia. A atribuição de demarcação pertencia a Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.



Área aproximada da CANGO em relação às Glebas Missões e Chopim, com indicação da área considerada zona de fronteira¹⁴.

Em 1941, ao incorporar o patrimônio da CEFSPRG¹⁵ e criar uma Superintendência (SEIPN) para administrá-lo, a União assume a disputa judicial com o estado pela propriedade das glebas de Missões e Chopim. Apesar do Paraná ter retomado o controle das terras, a região se tornou objeto de um projeto de colonização estatal apenas com a implementação da política de “marcha para oeste” pelo presidente Getúlio Vargas. Aqui é possível também trabalhar o conteúdo de interiorização, de ocupação territorial, em particular examinando a ação do governo de Getúlio Vargas, um “grande rol de ações, de caráter político, geopolítico, econômico e simbólico”, de acordo com Thiago Hansen¹⁶. Embora seja difícil sintetizá-la ou abarcá-la em somente um desses ângulos, autores como Otávio G. Velho¹⁷ e Joe Foweraker¹⁸, que trabalharam a questão a partir da so-

¹⁴A imagem foi construída considerando os mapas disponíveis no site do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná e a estimativa da área da CANGO indicada por CONALGHI, Maria Cristina. em **Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba. 1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. p. 66

¹⁵ Decreto-Lei nº 2.073 de 08/03/1940 e Decreto-Lei nº 2.436 de 10/07/1940.

¹⁶ HANSEN, Thiago Freitas. **Imaginários da modernização do direito na era vargas: integração, marcha para o oeste e política indigenista (1930-1945)**. If. 154. Dissertação (Mestrado em Direito). - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014

¹⁷ VELHO, Otávio Guilherme, **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.1979

ciologia marxista, enfatizam o caráter econômico da expansão, que visava a integrar as fronteiras ao mercado nacional como produtoras de alimentos aos núcleos urbanos do litoral e possibilitar uma fonte de acumulação de capital para uma parcela da burguesia.

Analisando os artigos publicados em 1938 pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Thiago Hansen destaca que a “marcha para oeste” era trabalhada em torno de três temas específicos: colônias agrícolas, territórios federais e serviço de proteção aos índios. Nesse sentido, observa-se que o sudoeste do Paraná não deixa de ser um laboratório para as soluções administrativas apontadas por administradores e juristas estado-novistas.

A Marcha para o Oeste foi promovida no Governo Vargas como estratégia de ocupação e povoamento do oeste brasileiro, utilizando-se da instalação de Colônias Agrícolas em território devolutos de propriedade da União. Muitos desses territórios estavam sob litígio, como é o caso da Gleba Missões, onde foi instalada a Colônia Agrícola Nacional General Osório. Em discurso do dia 08 de agosto de 1940, em Goiânia, o Ex-Presidente Getúlio Vargas apresentava sua estratégia, chamada de associação cívica “*Cruzada para o Oeste*”, indicando que “*o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste*”, equiparando o Brasil à um arquipélago, no qual algumas ilhas haviam atingido um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial, em meio a “*vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador*”.

A questão estava sub judice quando, em 1943, o governo federal criou a CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), localizando-a na gleba Missões, uma das que José Rupp havia conseguido penhorar.

No ano de 1943, o governo federal buscou promover a sua colonização que alcançava a região do sudoeste paranaense através da articulação

¹⁸ FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

de dois instrumentos: o Território do Iguaçu¹⁹ e a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO)²⁰.

A criação da Colônia foi sugerida por estudo produzido por engenheiros e agrônomos do Ministério da Agricultura²¹ com vista a se adequar às orientações do Decreto-Lei nº 3.059/1941. Tal legislação exigia que as colônias fossem criadas em grandes glebas de terras que possuíssem condições climáticas e “agrológicas” para o cultivo de culturas regionais e cursos permanentes de água.²² Também elencava que deveria ser considerada a presença de condições para a construção de hidroelétricas. O relatório dos estudos realizados no sudoeste indicava, além da presença dessas características, que a colônia serviria para realizar o “saneamento social” da região (pelo combate à impunidade), conceder assistência aos brasileiros que estavam se “argentinizando” por enviar seus filhos às escolas argentinas, atender a interesses de reservistas que exigiam terras próximas à fronteira e reduzir as tensões sociais presentes no estado de Santa Catarina.

O artigo 1º do Decreto-Lei nº 3.059/1941 especifica que as Colônias Nacionais “serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros”. Ainda, o mesmo decreto determina que os lotes a serem doados deveriam ter de 20 a 50 hectares, manter uma reserva florestal não inferior a 25% de sua área total e conservar reservas naturais típicas da região em torno da Colônia, preservando a fauna e a flora. É previsto o estímulo à criação de cooperativas de produção, venda e consumo e o empréstimo de material agrícola.²³

¹⁹ Decreto-Lei 5.812, de 13/11/1943: “Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú”.

²⁰ Criada pelo Decreto Federal de nº 12.417 de 12.05.1943.

²¹ FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. Tese. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós Graduação em Geografia (Doutorado). 2011.p.179.

²² Artigo 2º do Decreto-Lei nº 3.059/1941.

²³ Artigo 1º do Decreto-Lei nº 3.059/1941

A Colônia, nos termos do decreto que a instituiu, viria a ser instaurada “na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barracão – Santo Antônio”, em área demarcada pela Divisão de Terras e Colonização (DTC), órgão vinculado ao Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura e responsável pela administração das colônias agrícolas nacionais.

Aqui abrimos a discussão sobre as narrativas das fontes e, em particular aqui, as fontes jurídicas. Um exame mais apressado da legislação nacional poderia indicar o sucesso de uma política de assentamento de camponeses em um projeto de colonização que privilegiaria a pequena propriedade rural e a produção. Entretanto, não foi exatamente o que se viu na região. Daí a necessidade de se questionar tais fontes oficiais e suas pretensões de criação de uma determinada realidade.

Mas ao mesmo tempo, a legislação demonstra certa intenção colonizadora por parte do governo federal que encontrou entraves práticos no confronto de competências com o estado do Paraná e seu projeto de colonização aparentemente bastante diverso e centrado na figura das Companhias privadas de colonização.

A criação dessas colônias por parte do Governo Federal visava a promover a pequena propriedade privada e o desenvolvimento do “homem do campo”, como se pode apreender da leitura de seu artigo primeiro acima citado.

Previamente também a criação de estabelecimentos educacionais²⁴, a construção de estradas e hidroelétricas, o planejamento urbano das sedes, a concessão de assistência médica, técnica e social aos agricultores etc. A CANGO construiu, em 1948, sua primeira escola primária multiseriada localizada em sua sede, chamada Escola Primária General Osório. Até 1951 tinha construído 15 escolas e possuía 461 alunos matriculados. Em 1956, tinham sido construídas 27 escolas e havia 1.114 estudantes

²⁴CATTELAN, Carla; CASTANHA, André Paulo. *A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no sudoeste do Paraná: 1948-1957*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016, p. 285-304.

matriculados. Somadas às 32 escolas criadas pelo município de Francisco Beltrão, aproximadamente 60% das crianças em idade escolar da região possuíam acesso à educação. Este é um item e um tema que também podem incitar uma análise interessante com os alunos e alunas. Verificar, por exemplo, a questão da competência para a construção de escolas, verificar se na região em que se encontram há déficit ou se os poderes públicos cumprem o que determina a lei. Aqui é possível também muitas vezes perceber o descompasso entre os marcos legais e suas determinações e a realidade fática das escolas. Os colonos, por sua vez, deveriam manter boa conduta e cultivar a terra, sob o risco de serem sancionados com a expulsão da colônia²⁵:

“Será excluído do lote que ocupar, o colono que: a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia; b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado; c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia”.

No entanto, a implementação da CANGO no sudoeste do Paraná enfrentou uma série de resistências e impasses. A começar, com a promulgação da Constituição de 1946²⁶ apesar de ser possível a identificação de continuidades nas políticas de expansão para o oeste iniciada pelo Estado Novo. O próprio texto da Constituição de 1946, em seu artigo 156, previa que a legislação infraconstitucional deveria estabelecer planos de colonização e aproveitamento das terras públicas para facilitar a fixação de agricultores no campo, com prioridade para nacionais desempregados ou “habitantes de zonas empobrecidas”. Assim, essa continuidade se materializou, por exemplo, na criação em 1948 de uma nova colônia no estado de Minas Gerais (a Colônia Nacional de Jaíba). Aqui também é possível incitar a análise das colônias agrícolas, estimu-

²⁵ Decreto-lei nº 3.059. Art. 24.

²⁶ Constituição da República Federativa do Brasil, 1946.

lando os alunos e alunas a buscarem informações sobre a existência, histórico e funcionamento das mesmas em suas regiões.

A Constituição de 1946 também extingue o Território do Iguaçu a partir de um movimento dos constituintes paranaenses, com a veiculação de acusações de que Vargas havia procurado beneficiar companhias de colonização gaúchas, retornando o território ao estado do Paraná. Ademais, as discussões travadas em torno da indefinição jurídica sobre a titularidade das terras acabou sendo agravada pela entrada de uma nova personagem na contenda: a Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda. (CITLA)

O governo federal argumenta com a impenhorabilidade das propriedades que agora considera suas. Rupp tenta negociar uma indenização com a Superintendência das Empresas Incorporadas à União (SEIPN), criada por Vargas para administrar aquelas terras. José Rupp ganhou em 1945 uma ação indenizatória contra a CEFSPRG. Sem obter sucesso na execução de seu crédito, Rupp buscou negociar a indenização com a Superintendência que administrava o patrimônio da companhia incorporado em 1941 à União. Solicitou diversas vezes, sem sucessos, a cessão de terras da gleba Missões como pagamento. Resignado, o empresário cedeu em julho de 1950 o crédito à CITLA.²⁷

A CITLA se inseriu na região a partir da compra e colonização da Fazenda São Francisco de Sales, localizada na área do município de Mariópolis, cidade nomeada em homenagem a Mario Fontana, proprietário administrador da CITLA, na qual construiu uma hidroelétrica, dividiu a área em lotes de 10 alqueires e os revendeu aos caboclos que possuíam a posse da área²⁸.

Aqui cabe destacar o uso de fontes orais que foram captadas pelo professor Ruy Wachowicz em entrevistas feitas por ele, cujo material está sob a guarda do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. O uso deste material pode servir não apenas como fonte informacional,

²⁷ O termo foi lavrado no 6º Ofício de Notas no dia 26 de junho de 1950. Livro 476. fl. 65v n.º 5931.

²⁸ FONTANA, Mario. Entrevista concedida à Ruy Wachowski. Curitiba. 20 de dezembro de 1978.

mas pode se prestar também a uma análise metodológica, afinal as entrevistas feitas pelo professor e suas contribuições historiográficas estão disponíveis e podem ser analisadas de forma interessante. As perguntas feitas dizem também, e muito, sobre o pesquisador e sobre a pesquisa. Um exercício interessante seria escutar alguma entrevista e provocar os alunos e alunas a dizer que aspecto está sendo destacado e qual foi negligenciado. Desta forma percebe-se bem a relação complexa, já mencionada anteriormente, do historiador e suas fontes.

Esta história também permite aprofundar na análise da posse da terra e da consolidação da propriedade moderna nas fronteiras do Paraná, mas também do Brasil. Como a transição para o que o professor Paolo Grossi²⁹ na História do Direito chama de mentalidade proprietária foi feita com a centralidade do título, da formalidade, da chancela estatal sobre a realidade fática da posse, possuir títulos era fundamental. A posse apenas não garantia a propriedade. Mas, ao contrário, seria possível uma propriedade sem posse. Assim, o título era cobiçado e muitos títulos de terra foram criados mais tarde e marcados com datas antigas. Como o papel era novo, difundiu-se certo hábito de guardar as folhas em gavetas com grilos, cujos resíduos amarelavam o papel e davam-lhe um ar de antigo, conferindo-lhe legitimidade. Daí o termo grilagem! Artifício possível após a superação do regime sesmarial e implantação da lógica proprietária, analisada no campo da história do direito por Sérgio Said Staut Júnior³⁰.

Mário Fontana, proprietário da CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.), era ligado ao grupo do governador Moysés Lupion. A historiografia, hegemonicamente, considera esta transação como um dos maiores “grilos” de terras da história paranaense.

A área valia cerca de 300 milhões de cruzeiros e teria sido comprada por algo em torno de 10 milhões, movimentação tão suspeita que ne-

²⁹ GROSSI, Paolo. **História da propriedade**; e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

³⁰ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Curitiba: UFPR, Tese, Doutorado. Orientador: FONSECA, Ricardo Marcelo.

nhum cartório da região quis registrá-la, o que só foi possível com a criação de um cartório em Santo Antonio do Sudoeste. Essa transação foi extremamente controversa, sendo impugnada no começo do ano seguinte pelo TCU e gerou um grande debate político e jurídico, em que se discutia se os bens administrados pela Superintendência possuíam ou não caráter público - o que faria a transação estar condicionada a aprovação do Senado - e se estavam ou não situados na faixa de fronteira.

A área adquirida pela CITLA correspondia a cerca de 500 mil hectares, abrangendo grande parte do sudoeste do Paraná. O assunto foi resolvido "em família". Francisco Rocha, dono do cartório, era sogro do superintendente Antônio Vieira de Melo e pai de Geraldo Rocha Sobrinho que, por sua vez, era assistente do superintendente e acionista da CITLA. Para completar, a Clevelândia Industrial fazia parte do chamado "Grupo Moysés Lupion", composto por mineradoras de carvão, serrarias e fábricas de papel. Tal arranjo desencadeou outra grande confusão jurídica na região.

Diante de uma grita geral contra a tramóia, a União decide tomar providências judiciais para reaver as terras. Em 1953, o Tribunal Federal de Recursos anula a escritura. Mas a Citla já estava instalada na região desde 1951. Em franca atividade, ia no encalço de seus almeçados lucros.

Enquanto Lupion era governador, a Citla agia sem entraves. No início, promovia festas para os moradores de Francisco Beltrão, alegando que ganhara a questão na Justiça e iria beneficiar a região com hidrelétrica, estradas, escolas, etc.

Em 1952, Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), eleito pela oposição, julgou conveniente aguardar a decisão judicial sobre a propriedade das terras e proibiu o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade de qualquer transação nas glebas Missões e Chopim. A CITLA passa a registrar instrumentos particulares de compra e venda nos "cartórios amigos", em 1951, mas a União consegue a anulação dessa escritura em 1953, pois a negociação fôra feita de forma ilegal: a Constituição Federal proibia a venda de terras em faixa de fronteira, sem a devida autorização

do Conselho de Segurança Nacional e exigia que para a concessão de terras públicas, com área superior a 10 mil hectares, houvesse autorização do Senado Federal. Essas exigências não foram cumpridas pela CITLA que, mesmo assim, já se instalara na região e iniciara a venda de lotes.

Estes procedimentos e a relação com as questões legais permite uma reflexão crítica acerca das instituições e do direito e a percepção de um elemento enraizado em nossa cultura política que é o patrimonialismo. Em recente livro, um excelente apanhado didático de vários vícios nacionais, Lilia Moritz Schwarcz verticaliza sobre o tema afirmando que "desde o início dessa breve história de cinco séculos foi logo ficando patente a dificuldade que temos de construir modelos compartilhados de zelo pelo bem comum. Em seu lugar, várias formas de compadrio, a moeda de troca dos favores, o recurso a pistolões, o famoso hábito de furar a fila, de levar vantagem, ou a utilização de intermediários, se enraizaram nesta terra do uso abusivo do Estado para fins privados."³¹

A autora mobiliza Max Weber, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido, Roberto da Matta entre outros, para analisar o uso privado do público. Usar esta bibliografia para interrogar a questão é exercício interessante e crítico. Antônio Cândido³² fala em uma dialética da malandragem a partir do romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, de 1854, que seria algo como uma "dialética da ordem e da desordem", onde tudo seria ao mesmo tempo lícito e ilícito. Para Weber³³, isto revela uma ineficiência do próprio Estado que perde sua racionalidade quando se coloca como refém dos interesses privados. Em Sérgio Buarque de Holanda³⁴ a prática é vinculada a ideia de cordialidade, para sugerir que os brasileiros usam o afeto

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³² CÂNDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: _____. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

³³ WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2017.

³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

e não a razão para as suas avaliações e conduções. Roberto Damatta³⁵, por sua vez faz suas investigações partindo da frase: "Você sabe com quem você está falando?" para tratar dos mandonismos locais. Esta leitura antropológica, em particular pode ser interessante. Para se verificar em sala se alguém já testemunhou este uso, ou percebeu traços desta cultura em sua realidade, em sua sociedade, em sua casa, em seu mundo. Perceber como este elemento de nossa cultura circula entre a alta e a baixa culturas e desemboca em comportamentos os mais variados, desde simples transgressões a regras de civilidade até as prevaricações e desvios.

Voltando aos arranjos que criaram o problema interno que levou à revolta dos posseiros, a CITLA planejava explorar as araucárias da gleba de Missões para implementar uma indústria de celulose, mercadoria que estava em alta no mercado nacional nos anos 1950. Após tecer comentários sobre o baixo valor das terras em 1950, Joe Foweraker³⁶ conclui que "a terra era um investimento meramente residual, enquanto a elevação do preço do pinho nos mercados nacional e internacional nos anos subsequentes assegurou a predominância da extração de madeira como a principal atividade econômica, obscurecendo o incipiente crescimento agrícola. (...) Como o nível de investimento é baixo, um número de serrarias desconhecido, porém muito elevado, operava sem obstáculos e claramente fora do controle do Instituto Nacional do Pinho (INP)".

Aqui abra-se a possibilidade de uma das mais importantes discussões do tema: a questão ambiental. Embora a araucária tenha sido escolhida como símbolo extra-oficial do Paraná pelas elites curitibanas do final do século XIX e início do XX em um movimento cultural chamado Paranista, que pretendia construir uma identidade cultural para o paranaense, a referência à árvore lembra a feita ao índio, meramente retórica. O desmatamento das florestas virgens de araucária foi um dos

³⁵ DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandrose heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

³⁶ FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.p.68-69.

maiores crimes ambientais do sul do Brasil. Aqui é possível interrogar em sala se as crianças conhecem a araucária e como se mede a idade da mesma. Sendo possível até, onde for o caso, lançar desafios para encontrar a mais antiga e, portanto, mais larga. Comparar a largura das disponíveis com a das centenárias árvores podadas pelo "progresso" pode ser pedagógico para os alunos e alunas.

Enquanto reunia as condições técnicas e financeiras para realizar o projeto, a companhia anunciou a venda de parte das terras na imprensa gaúcha, conforme se percebe na imagem abaixo, e buscava vendê-las aos colonos/as que, assentados ou não pela CANGO, habitavam a região. Ocasionalmente, os funcionários da companhia se autopromoviam na cidade de Francisco Beltrão com festas para pequenas vitórias judiciais. Além de festas e fogos de artifício, possuíam um espaço em um dos únicos meios de comunicação regionais, a Rádio Colmeia de Francisco Beltrão³⁷.

O outro meio de comunicação ativo na região era a Rádio de Pato Branco, também chamada de Rádio Colmeia, posteriormente transformada na ainda operante Rádio Celinauta. Recentemente, foi publicado um livro por Roberto Ivan Rossatti, jornalista local, sobre a participação da rádio nos conflitos dos/as colonos/os com a companhia, intitulado "Rádio Celinauta: uma voz forte em meio à Revolta dos Posseiros".

Aqui outro elemento que merece debate: o papel do rádio no período, como principal meio de comunicação e difusão de ideias. É possível aqui relacionar a questão do rádio com a indústria cultural de um lado (conceito desenvolvido pela Escola de Frankfurt, em particular Theodor Adorno) e as possibilidades de democratização e divulgação comunitária, com propostas de rádios populares e livres.

FIGURA 2 - ANÚNCIO PUBLICADO PELA CITLA NO JORNAL CORREIO RIO-GRANDENSE, EDITADO EM GARIBALDI/SC, EM 3 DE JANEIRO DE 1951

³⁷ PECOITS, Walter Alberto. Entrevista concedida a Ruy Wachoviski. Francisco Beltrão. 14 de fevereiro de 1979.



FONTE: Tribunal Federal de Recursos. Autos de Apelação n.º 9.989 (1960)

A CANGO e a CITLA tiveram uma coexistência problemática na região, visto que ambas reivindicam o direito a titular as mesmas terras, com momentos de tensão e, inclusive, conflitos diretos. Houve momentos de atrito direto entre ambas, os quais podem ser recuperados a partir dos telegramas enviados pelo funcionário da CANGO. Por exemplo, 17 de julho de 1953, o administrador da CANGO enviou o seguinte telegrama ao diretor das DTC: "Viajei cavalo interior colonia constatando situação panico agricultores localizados pela Cango virtude agentes Citla estarem exigindo mesmos paguem lotes onde cultivam ameaçando despejo pt Reitero necessidade essa D.C.T autorizar-me organizar força para retirar intrusos ou conseguir policia para mesmo fim pt."

Contudo, na maior parte do tempo a balança pendeu para a CITLA em razão do apoio do governador do estado Moysés Lupion em seus mandados de 1947 a 1951 e 1956 a 1961. O político, empresário conhecido por possuir diversos negócios, foi indicado em inquérito do Banco do Brasil³⁸ e foi apontado, pela oposição, como acionista da CITLA. Ainda que não tenha conseguido conter ou controlar a migração de colonos sulistas para região - principal responsável pelo crescimento demográfico de mais de 300%

³⁸ Publicado como suplemento do Diário do Congresso Nacional, nº 26, em 4/02/1953.

entre 1950 e 1956 (de 76.373 habitantes em 1950 para 230.379 habitantes em 1956) ³⁹ - teve sucesso em paralisar as atividades da CANGO.

Otávio Bartolomeu Dantes Alves, último administrador da CANGO - assumia-a quando havia sido transformada em Núcleo de Colonização e vinculada ao recém-criado Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) - narra que o núcleo havia praticamente encerrado as suas atividades, limitando-se a atos de rotina em sua própria sede. Atribuiu tal paralisação às "ameaças e estado de tensão nervosa em que se encontravam todos os funcionários e empregados da CANGO."⁴⁰

Em estudo sobre os casamentos na Região, Ruy Wachowicz identifica, nos registros cartoriais realizados entre 1900 e 1975 no sudoeste, que 56,6% dos nubentes eram nascidos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e apenas 31,4% no Paraná. Na antiga gleba Missões a porcentagem de migrantes riograndenses e catarinenses atinge mais de 70%. ⁴¹

Aqui um dos temas que perpassa este é novamente o da colonização, ocupação e exploração do território. Pode-se sugerir aos alunos e alunas que pesquisem as formas de colonização da região que moram ou da qual vieram os familiares. Isto pode suscitar um debate sobre a relação com o meio ambiente, novamente focando na questão do desmatamento, mas também permitindo uma percepção das formas privadas de colonização e a fraqueza do estado em garantir um projeto mais democrático.

O crescimento demográfico, somado à sensação de instabilidade que os conflitos judiciais geraram, levou ao aumento da exploração das araucárias e pinos pelos colonos/as que temiam ser expulsos das terras. Um grande número de serrarias não eram cadastradas pelo Instituto Nacional do Pinho (INP) que atuavam na região, dispostas a comprar a

³⁹ FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. Tese. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós Graduação em Geografia (Doutorado). 2011.

⁴⁰ DNC1, 1958, p. 1379-1381.

⁴¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

madeira extraída pelos colonos/as.⁴² O pinho, junto ao café e ao mate, era uma das matérias-primas exportadas pelo estado do Paraná no final da década de 1950.

O impacto do desmatamento foi suficientemente grande a ponto de acabar com a viabilidade da instalação do projeto de celulose da CITLA, que estipulava cláusulas nos contratos de compra e venda em que reservava as propriedades das araucárias para si. Mario Fontana aponta que a transferência das terras às novas companhias se deu em razão das dívidas que foram contraídas pelo Grupo Lupion na tentativa fracassada de conseguir financiamento de grupos franceses para a instalação da indústria de Celulose. Políticos da oposição ao governador Lupion, por sua vez, acusavam-no de ter articulado a doação das terras da CITLA como forma de pagar dívidas contraídas com determinados grupos econômicos pelo financiamento de sua última eleição.

Aqui o exercício interessante é adentrar ao terreno do debate político e perceber as disputas discursivas entre os grupos que apoiavam o governador e os opositores.

Olinger e os colonos buscavam soluções pelas vias legais, esperando em vão que o Governo tomasse medidas favoráveis a eles. Mas a CITLA obtém sua primeira vitória no final de 1953, com a suspensão da entrada de novos colonos na região.

Em 1955, Lupion é reeleito e revoga a proibição do recolhimento dos impostos. Entram na região outras duas imobiliárias: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda, responsável pelo interior de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos e Imobiliária Apucarana Ltda, que trabalhava em Capanema e Santo Antônio do Sudoeste.⁴³ Com elas, entram também a coerção contra os colonos, que passam a ser visitados por jagunços e "convidados" a comparecer nos escritórios das cias. para assinar contratos de compra das terras que ocupavam. Na realidade, os

⁴² FOWERAKER, J. **A Luta pela Terra**. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.66.

⁴³ GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005, p. 29-38

colonos queriam regularizar as propriedades, mas sentiam-se inseguros quanto à verdadeira posse das terras. E as imobiliárias alardeavam possuir todos os direitos.

Com a atuação dessas novas empresas, os conflitos começam a apresentar uma face ainda mais violenta. Tanto Apucarana, que se estabeleceu na fronteira, quanto Comercial, que adquiriu terras na região de Verê, trouxeram entre os seus funcionários jagunços profissionais, muitos com atuação na expulsão de posseiros/as no norte do Paraná, não a toa, um dos mais conhecidos, posteriormente interrogado por inquérito promovido pelo juiz de Pato Branco, levava a alcunha de Maringá.⁴⁴ Circulava pela região a história, presente em vários depoimentos, de que os jagunços foram recrutados na penitenciária de Curitiba-PR pelo governador do estado para atuar nas companhias.⁴⁵

Explorar o uso destas milícias privadas, de contratados, de capangas, jagunços é um exercício também interessante na medida em que a pretensão de monopólio de violência por parte do Estado no Brasil sempre foi um sonho. Poderes privados com verdadeiros exércitos particulares e com vínculos com os poderes constituídos.

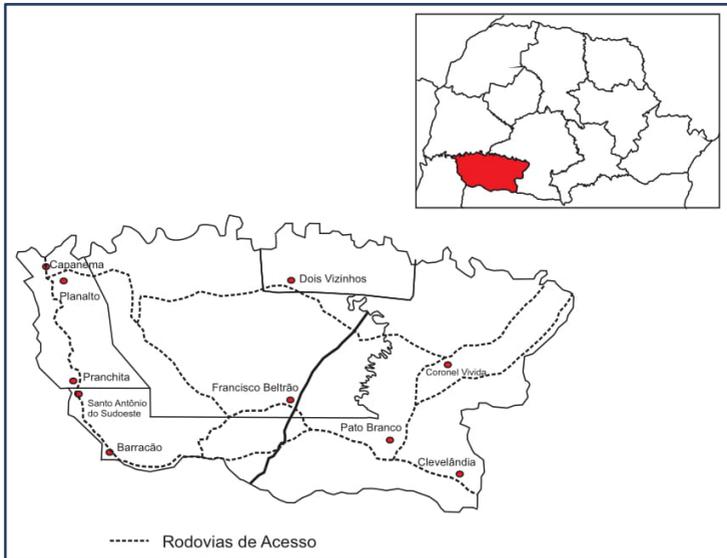
A ofensiva dos jagunços cresce: espancamentos, torturas, violências sexuais, assassinatos, incêndios de roças, casas e galpões e exigência de pagamento de pedágio nas estradas. Aos colonos, coagidos a fazer os pagamentos das tais "vendas", eram entregues recibos debochados, manuscritos em papel de embrulho e de cigarro, assinados pelos próprios jagunços, não com seu nome legítimo, mas com o apelido. Eram cenas humilhantes.

Em março de 1957, um abaixo-assinado de dois mil moradores de Santo Antônio do Sudoeste é levado ao Rio de Janeiro, então capital federal. Meses depois, o vereador Pedro Luis Camargo, às vésperas de nova

⁴⁴ Outros jagunços bem conhecidos se identificavam como Gaúchinho, Mato Grosso, Chapéu de Couro, Quarenta e Quatro e Lapa. (ORBEN, 2014, p. 51)

⁴⁵ FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. Tese. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós Graduação em Geografia (Doutorado). 2011 p. 271. Não encontramos nenhuma menção ao fato na Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou das questões do sudoeste do Paraná em 1958.

incursão ao Rio com outro abaixo-assinado, é assassinado. No dia do enterro, o advogado Potiguara Publitz decide encampar a luta contra as companhias. Munido de procurações, vai a várias autoridades, e constata que eram favoráveis às companhias. Chega mesmo a ir ao comandante da 5ª Região Militar, Mário Perdigão, e solicita a intervenção do Exército.



No dia 2 de agosto, um grupo se arma e marcha pela avenida principal do distrito de Verê em direção aos escritórios das companhias. Na frente da multidão, um colono forte, ex-expedicionário, Leopoldo Preilepper, conhecido como "Alemão", vinha enrolado numa bandeira do Brasil. Morreu assim, atravessado pelas balas dos jagunços. Depois desse evento, os delegados decidem proceder ao desarmamento dos colonos e reforçam o contingente policial em Francisco Beltrão.

No dia 4 de agosto, o STF do Rio recusa por unanimidade um recurso extraordinário impetrado pela Citla relativo ao pedido de reconhecimento da escritura de 1950. Diante disso, o administrador da Cango envia ofício aos prefeitos e juizes de Direito da Região solicitando que a informação fosse divulgada em toda a região. Os juizes e prefeitos não atendem, mas as rádios de Francisco Beltrão e Pato Branco dão am-

pla divulgação. Os posseiros, auxiliados por homens fora da lei, conhecidos como "farrapos", atuam em emboscadas e tocaias contra os jagunços.

Em setembro, depois de diversos confrontos com as companhias e mortes nos dois lados, dois mil colonos tomam a localidade de Capanema, afugentando pistoleiros e funcionários das imobiliárias para Santo Antonio do Sudoeste.

O farrapo Pedro Santin⁴⁶, os irmãos Bello e um tal de Robertinho lideraram centenas de colonos que se levantaram contra as companhias CITLA e APUCARANA na região de fronteira. Este grupo, em 6 de setembro, numa emboscada em Lageado Grande, distrito de Capanema, matou o gerente da APUCARANA Arlindo Silva e ferido seu empregado, Vilmar Pereira de Melo⁴⁷ expulsando os jagunços. Em tocaia no dia 14 de setembro de 1957 os colonos abriram fogo contra uma camionete que deveria trazer o diretor da Imobiliária Apucarana Ltda, Gaspar Craemer, à uma reunião em Capanema. Todavia, a reunião havia sido cancelada pela suspeita de que pudesse acontecer algum ataque à Craemer, que enviou para Capanema apenas seu motorista e um jagunço com instruções para que oferecessem carona aos colonos, a fim de evitar qualquer ataque. Mesmo assim a camionete foi alvo da emboscada no km 17 da estrada que liga Barracão à Capanema e ao todo sete pessoas morreram, dois funcionários da Imobiliária Apucarana Ltda e cinco colonos. Como havia camponeses em pé de guerra também em Foz do Iguaçu, o governo do Estado decide usar o poder de persuasão do coronel Alcebíades da Costa, que consegue uma trégua provisória, pois todos haviam solicitado a presença do Exército.

Assim, o ponto nevrálgico do conflito se transferira para Francisco Beltrão e Pato Branco, literalmente tomadas por elementos das companhias que estendem sua violência aos moradores urbanos. Isso faz com

⁴⁶Pedro Santin havia se refugiado na Argentina, na província de Misiones. Era conhecido por contrabandear carne argentina para o sudoeste do Paraná. Há relatos de que em uma viagem dez jagunços da Imobiliária Apucarana Ltda tentaram assaltar sua carga, ocasião na qual matou dois deles e evitou o assalto.

⁴⁷CONALGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder**: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. Curitiba:1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. p. 120

que aconteça uma articulação secreta cidade-campo em toda a região em prol de um só objetivo: a expulsão das companhias.

A situação durou até outubro de 1957 quando dois ataques propiciaram a efetiva organização da revolta. O primeiro é o caso de João Saldanha, que teve sua mulher e filhos de dois e cinco anos brutalmente assassinados pelos jagunços da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná nos primeiros dias de outubro de 1957. Em seguida, três crianças foram espancadas com açoiteira por jagunços da companhia e o delegado de Pato Branco, Alberto Geron, se recusou a investigar o caso⁴⁸. O espancamento das crianças fora a gota d'água para que as lideranças das cidades se lançassem à luta. Entre os líderes do movimento, o médico Walter Pécoits, o advogado Potiguara Publitz, o funcionário da Cango Antonio Cantelmo, os comerciantes Luis Prolo e Jácomo Trento.

No dia 9 de outubro, os moradores de Pato Branco são convocados pela rádio local para uma assembléia que nomeia uma comissão para pedir o fechamento das companhias ao governo do Estado. Nesse mesmo dia, a comunidade de Beltrão vota em assembléia pela tomada da cidade, mas Pato Branco resolve tomar a dianteira e faz sua rebelião no dia 10. A essas alturas, o governador Moisés Lupion recebia um ultimato do marechal Lott, ministro da Guerra: ou fechava as companhias e acalmava os colonos, ou haveria intervenção federal.

Novamente Lupion decide usar a tática da conquista da confiança. Mas já não havia muito a fazer. No dia 11 de outubro, em uma ação rápida e eficiente, Francisco Beltrão é tomada pelos moradores com o apoio dos colonos da vizinhança. E no dia seguinte acontece o mesmo em Santo Antônio do Sudoeste.

Estabeleceram juntas governativas em Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio, destituindo as autoridades anteriores e firmando pelotões de cerca de 25 homens para guardar as instituições públicas e outros edifícios que poderiam sofrer ataques até que a situação fosse normalizada. Interditadas as estradas e o aeroporto, o prefeito e o delegado de Francisco

⁴⁸WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba. Lítero-Técnica, 1985. p.197

Beltrão foram substituídos e o juiz mantido em uma espécie de prisão domiciliar, pois as celas da delegacia da cidade estavam ocupadas pelos jagunços que haviam sido presos⁴⁹ pelos colonos depois de uma negociação pela sua rendição incondicional já que a população queria o linchamento⁵⁰. Requisitados os armamentos do fórum e das casas comerciais, as cidades ficaram sob o domínio de cerca de 6.000 pessoas até que fosse enviado um negociador. O acordo foi realizado com Alfredo Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia enviado por Lupion, tendo por exigência que fossem formalmente substituídos o delegado, o promotor e o juiz da cidade de Francisco Beltrão, retirada a polícia estadual, fechados os escritórios das companhias, garantida a não punição dos colonos⁵¹ e que estes não seriam desarmados⁵². Após reveses com o Estado esse concordou com os termos, atendendo às reivindicações da população. Em 24 de outubro decide-se pelo fim do conflito e é dissolvida a Junta Governativa⁵³.

No período eleitoral de 1960, uma comissão de líderes da região entrou em contato com os candidatos à Presidência para expor a demanda de regularização fundiária do sudoeste. Jânio Quadros, candidato da UDN, teve um posicionamento favorável à regularização e obteve apoio expressivo no sudoeste, inclusive pela base do PTB local⁵⁴, sendo eleito com 56,3% dos votos válidos no Paraná, ao lado do candidato a vice-presidente João Goulart, do PTB. Já no início do seu mandato, Jânio Quadros desapropriou a Gleba Missões e parte da Chopim, declarando-as de

⁴⁹Haviam outros presos na Delegacia que foram soltos avisados de que ao fim da revolta deveriam retornar. diz-se que voltaram.

⁵⁰O acordo foi mediado por Walter Pecoits, exigindo a rendição incondicional dos cerca de quarenta jagunços aquartelados na Comercial."Dêem uma olhadinha pela janela", disse, acrescentando: "Vejam o que tem de povo aqui na rua. Esse povo quer matar vocês a dentadas, tem ódio de vocês. Hoje é o dia deles. Vocês tiveram dois anos. Agora começou o outro lado. Vocês não têm escolha". MANFREDINI, Luiz. **Fronteira em Armas**. Revista Princípios. Edição 14. São Paulo. 1987. p. 45-52.

⁵¹ MANFREDINI, Luiz. **Fronteira em Armas**. Revista Princípios. Edição 14. São Paulo. 1987. p. 45-52.

⁵²PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto: A Revolta dos Possesores de 1957 na Imprensa Paranaense**. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. p. 50

⁵³CONALGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba:1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná. p. 210

⁵⁴LAZIER, Hermógenes. **Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado.Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Curso de Pós-Graduação em História do Brasil. Curitiba, 1983. p. 77

utilidade pública⁵⁵ e estabelecendo regime de urgência para sua regularização⁵⁶, mas não houve mudanças efetivas para a população por conta de sua renúncia ao cargo em agosto de 1961. Assumida a Presidência por João Goulart, este deu prosseguimento à regularização fundiária da região, criando o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) em março de 1962 pelo Decreto nº 51.431/62⁵⁷ para programar e executar a desapropriação. Desapropriadas as terras e as Companhias fora do sudoeste restava ainda o litígio acerca do domínio da União em terras que seriam do Estado. Houve então um acordo o Presidente João Goulart e o Governador Ney Braga, determinando composição mista para o GETSOP⁵⁸ e trabalho em conjunto para a regularização⁵⁹. Aqui é possível, por exemplo, discutir com os estudantes a política de reforma agrária de João Goulart, lida por alguns como comunista, mas que de fato, pretendia apenas privilegiar o assentamento dos pequenos produtores agrícolas, como estes que estavam no sudoeste paranaense.

O Decreto de criação do GETSOP estabelecia atividade coordenada de vários órgãos da administração federal para, em convênio com o Estado do Paraná, planejar e executar a colonização das glebas desapropriadas. Durante os 12 anos de atuação, o GETSOP demarcou uma área de cerca de 545.249,64 hectares, sendo expedidos 43.383 títulos de propriedade (mais de 70% deles em área rural)⁶⁰ nos municípios de Ampére, Barracão, Capanema, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Pérola

⁵⁵BRASIL. Decreto nº 50.379, 27.03.1961. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a gleba "Missões" e parte da gleba "Chopim" situadas na faixa da fronteira, no Estado do Paraná.

⁵⁶BRASIL. Decreto n.º 50.494, 25.04.1961. Determina regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública, decorrente do Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961.

⁵⁷BRASIL Decreto nº 51.431, 19.03.1962. Cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

⁵⁸BRASIL Decreto n.º 51.514, 25.06.1962. Institui o Órgão Misto União Federal Estado do Paraná

⁵⁹LAZIER, Hermógenes. **Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Curitiba. UFPR. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. 1983, p. 78-82

⁶⁰LAZIER, Hermógenes. **Estrutura Agrária no Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Curitiba. UFPR. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. 1983, p. 78-87.

D'Oeste, Realeza, Santo Antônio e Verê, sendo extinto o Grupo em dezembro de 1973⁶¹.

Com a aprovação do Decreto Legislativo n.º 17/1959 houve a concessão de anistia aos crimes cometidos nos Municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio, Barracão e Capanema, no Estado do Paraná, no período de 1º de maio a 31 de outubro de 1957. O que, a princípio, foi uma garantia de não punição aos posseiros e colonos que participaram da revolta, também poderia ser estendido aos outros agentes do conflito, tendo como único impedimento de que o crime fosse primário. Os artigos compreendidos na anistia correspondem aos crimes de: homicídio, lesão corporal, rixa, crimes contra a liberdade pessoal, usurpação de função pública, resistência, desobediência, coação ao curso do processo, desacato, inutilização de edital ou sinal, subtração ou inutilização de livro ou documento, exercício arbitrário das próprias razões, favorecimento pessoal, favorecimento real e motim de presos⁶².

Até 1974 titulóu 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Por isso, até hoje o Sudoeste do Paraná é uma região com 87% de pequenas propriedades familiares. Dessas, 94% possuem áreas menores do que 50 hectares. Como se vê, pela sua força os camponeses barraram o terror do latifúndio e a ganância dos monopolistas. Apenas com suas próprias mãos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960, poucos anos após o conflito que definiu os passos da legalização de terras no Sudoeste, havia no Paraná cerca de 33.700 posseiros, sendo que no Sudoeste localizavam-se cerca de 18 mil deles, mais de 50% do total do Estado. Já em 1970, dez anos depois, o número de posseiros do Paraná aumentou para aproximadamente 50 mil, e na região estavam apenas 3.070 deles, ou seja, 7.41% do total estadual.

⁶¹BRASIL Decreto n.º 73.292, 11.12.1973. Extingue o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP.

⁶²BRASIL. Decreto Legislativo n.º 17, 5.12.1959. Concede anistia aos que se envolveram em sublevação em Municípios do Paraná.

**Narrativas silenciadas:
o protagonismo dos camponeses a partir
dos relatos dos/as colonos/as de Verê¹**

Um dos objetivos centrais do projeto era destacar o protagonismo dos camponeses nesta revolta que para muitos é conhecida como Rebelião dos Colonos. A narrativa padrão que foi apresentada, apesar de inserir alguns elementos dos camponeses mais rurais, ainda estava focada no protagonismo dos setores médios urbanos de Pato Branco e Francisco Beltrão e não nos distritos de Verê ou Lageado Grande.

Como a pretensão aqui não é exaustiva, daremos foco aos depoimentos recolhidos sobre Verê. Cruzaremos aqui as histórias de quatro colonos, João Miolla, Antônio Thomé, Antônio Perardt e Osvaldo Ferreira da Silva e uma colona, Tereza Tartas, que, com suas famílias, saíram de diferentes localidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul para reconstruírem as suas vidas no sudoeste do Paraná.

Aqui, importante destacar o uso de outras fontes que não as tradicionais, as produzidas pelas elites culturais, políticas ou econômicas. As fontes aqui são orais, são a memória dos camponeses resgatada através de entrevistas que estão disponíveis entre as fontes recolhidas para análise do tema.

Dois temas chamam a atenção neste item: novamente a questão da colonização (é possível aqui sugerir aos estudantes a realização de entre-

¹ A primeira sistematização do tema no projeto foi feito na Monografia de Conclusão de Curso de Kauan Cangussú, sob minha orientação. Ver: CANGUSSÚ, Kauan Juliano. **Conflitos agrários no Sudoeste do Paraná (1943-1957): uma reflexão a partir dos relatos de colonos/as da região de Verê**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018).

vistas com os familiares mais velhos se souberem alguma história de ocupação territorial, ou mesmo de formas diversas de relação com o espaço (principalmente hoje quando o cenário urbano muda em velocidade espantosa) e a questão da memória.

Todas essas personagens vêm à região do Verê em momentos distintos e, por conta disso, apontam motivações diferentes para a escolha em migrar. João Miolla, o primeiro a chegar, era uma criança de três anos quando, em 1943, junto de seus pais, seus dois irmãos e mais três famílias da vizinhança, saíram da comunidade de São Luís², em Cacique Doble/RS, rumo ao Paraná.

Ao chegarem ao sudoeste, o que mais os impressionou foi a área verde, uma região em que “tudo era mato”, “madeira lascada” e araucárias, mas não a encontraram despovoada. Como já exposto, existiam caboclos e comunidades indígenas que habitavam a localidade. Foi com os caboclos que essa família de gaúchos recém-chegada negociou a compra de um sítio de cerca de 75 alqueires, dos quais posteriormente revenderiam 30 a outros migrantes. Na mesma trilha, seguiram todos os outros colonos que acompanhamos aqui: Antônio Thomé chegou em 1946 com 25 anos, acompanhado de sua mãe e padrasto, e os demais chegaram ao longo dos anos 50 – todos/as, pois, adquiriram os “sítios” ou os “direitos” das terras com cruzeiros ou porcos.

O “direito” ou o “sítio” são as expressões por meio das quais os/as colonos/as diferenciam a relação de pertencimento³ que possuíam com a terra naquele momento específico, da propriedade formal que se consolidaria nos anos 60 com a concessão das escrituras.

Oswaldo Ferreira da Silva nos conta que alguns poucos colonos se aventuraram a tirar terra *no facão* (isto é, a se apossar de terras desocupadas). Todos os migrantes entrevistados, porém, se fixaram na região comprando os seus sítios: nesse primeiro momento, é a compra que

² Na região em que essas famílias se assentaram foi fundada uma comunidade com o mesmo nome, hoje localizada na zona rural do município de Verê.

³ A expressão “pertencimento” se refere, de modo amplo, às relações entre as pessoas e os bens. (STAUT JÚNIOR, 2009, p. 13).

legítima o acesso à terra e a inclusão na comunidade. Desse modo, é comum em todas as narrativas que, embora chegassem ao local de maneira precária, os/as colonos/as traziam algum capital consigo, em dinheiro e/ou em bens, obtido geralmente com a venda das terras que possuíam em seus estados de origem. Alguns, inclusive, como Antônio Thomé, haviam se deslocado por diversas cidades com esse dinheiro no bolso⁴, porque “não conseguia comprar nada nos lugares que gostava e quando gostava, ninguém queria vender”.

Os/as colonas/os aceitavam os riscos que a compra de “direitos” e “sítios” poderia acarretar, especialmente no decorrer dos anos 50, momento em que os litígios pela terra estavam mais acirrados.

José L. Zanella e Silvia A. Kramer pontuam, com base nos depoimentos de 41 colonas, que era comum a constatação de que se conhecia “a situação ilegal” das áreas adquiridas e de que a migração para o local visava a “aventurar terras”. Esperava-se que conseguiriam obter em pouco tempo, pelo governo, a legalização.

Oswaldo Ferreira da Silva narra, que seu pai possuía em Concórdia/SC a escritura de dois lotes não contíguos: um de 12 alqueires e outro de 8 alqueires. Motivados pelas terras boas que encontraram em visitas a parentes que moravam em Verê, venderam o primeiro lote e, com a escritura do segundo, se mudaram para a região. Ao chegar ao Paraná, no momento de concluir a compra de uma “posse, sítio”, seu pai insistiu ao vendedor, o “velho Alexandre”, que não precisavam redigir nenhum contrato, porque o negócio poderia ser feito “na confiança”.

Após adquirirem o “direito sobre as terras”, os relatos convergem para os esforços empreendidos na construção, por vezes coletiva, de estradas e caminhos que possibilitassem a melhor instalação na região. Antônio Thomé e sua família chegaram em janeiro de 1946 na região e

⁴ Antes de chegar ao sudoeste do Paraná, Antônio Thome foi para Chapecó, Xaxim, Xamxeré, Pesqueiro, Rio Ouro, Marema, Vila Galvão, retornou para Xaxim por só um domingo, passou o rio Saudade, Muro branco, Rio São Carlos, Santa Rita e voltou para Xaxim de novo. De lá, pegou “sua mala e sua capa” e entrou em uma lotação (caminhão) que se dirigia a Pato Branco. Ainda com o dinheiro que ganhou com a venda do seu “pedacinho de terra” lá no Rio Grande do Sul no bolso, porque, segundo ele, “naquele tempo dinheiro valia”.

demoraram 30 dias para construir estradas que lhes permitissem transportar seus pertences, porcos e garças para as novas terras.

Dez anos mais tarde, logo após a família de Osvaldo Ferreira da Silva se mudar para Verê, se reuniram com seus novos vizinhos e, com dinamites, abriram uma nova estrada que facilitaria o deslocamento de todos. Não há nenhum relato de contato com a CANGO ou de infraestrutura, assistência ou cadastro feito pela Colônia. Essa percepção é compartilhada por estudos realizados com colonos/as de Francisco Beltrão. Luiz C. Flávio⁵, em análise de 863 entrevistas realizadas com colonos da cidade pelo Projeto Memória do Departamento Municipal de Cultura de Francisco Beltrão e em 39 entrevistas que conduziu, ressaltou que a maioria dos colonos e colonas adquiriu a terra de caboclos e de outros migrantes recém-assentados, não encontrando depoimentos de beneficiados/as da assistência fornecida pela CANGO.

Mesmo aqueles que com alguns recursos conseguiam pagar uma “lotação” (um caminhão) até o sudoeste, como Antônio Thomé, precisavam percorrer um longo caminho dos centros em que desembarcavam até as terras que iriam comprar.

Aqueles/as que chegavam no Verê em 1956, como a colona Tereza Tartas, sentiam logo que estavam chegando em uma época de intranquilidade, por ser o “tempo das companhias” que relata várias abordagens feitas pelos jagunços, presentes em todos os relatos com muitas aceitando pagar o que as Companhias cobravam como entrada.

Os relatos dos camponeses reforçam a narrativa central da importância do rádio e da circulação de informações. Como visto, diante da negativa das autoridades em notificar os colonos, as emissoras de rádio da de Beltrão e Pato Branco divulgavam que as Companhias não tinham o direito de cobrar nada.

Outros/as colonos/as, inspirados pelas falas nas rádios, começaram a tecer estratégias para evitar os jagunços e não pagarem os valores de-

⁵ FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. Tese. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós Graduação em Geografia (Doutorado). 2011.

mandados, como com a fuga do homem adulto da família por algumas horas ou até mesmo dias, enquanto as suas esposas e seus filhos recebiam e enganavam os jagunços, mentindo sobre os locais em que o colono estaria.

Em que pese suas táticas de resistência tenham funcionado para ganhar tempo, relata que um dia os jagunços, impacientes, deixaram em sua casa um bilhete: “semana que vem nós vamos voltar de novo. Se você não pagar, aqui vira tudo cinza”. Aqui é possível também problematizar esta ação dos capangas quando a lei está ausente e discutir o alcance do estado de direito entre as comunidades mais periféricas, como era a situação destes camponeses de Verê.

Essa ameaça provavelmente foi determinante na participação de Perardt nos ataques contra as companhias organizados em agosto de 1957, considerando ainda a gravidade da situação de conflito: alguns colonos haviam sido agredidos, e muitos já haviam deixado a região⁶.

Ruy Wachowicz conseguiu levantar, preliminarmente, o nome de oito colonos que foram vítimas da violência dos jagunços na região do Verê. Em suas palavras: "a - o colono Angelo Faggion, testemunha de uma morte, foi perseguido e vivia escondido no mato; b - Pedro Jacosi teve sua casa invadida pela própria polícia de Pato Branco e com ameaças de morte, recebeu prazo de 30 dias para abandonar a posse; c - Guerino Zanela teve sua casa invadida e as plantações cortadas; d - Afonso da Silva Nechi foi espancado com borrachas e assaltado; e - Vitório de Coll foi roubado pelo sargento Basílio e coagido a cavar sua própria sepultura sob ameaça de arma de fogo; f - Melindo Carbona foi espancado pelo jagunço Pé de Chumbo; g - Angelo Bertoli foi espancado por quatro policiais; h - Francisco Gonçalves foi baleado e surrado na sua própria residência etc⁷.

⁶ Tereza Tartas narra que naqueles tempos, próximos à Revolta: “ninguém queria morar aqui, quanta gente foram de volta embora, que deu aquela Revolta aqui aquela vez”.

⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p.236.

Após esse trágico episódio, que causou grande comoção no local, os/as colonos/as organizaram dois ataques. O primeiro no Alto Verê e o segundo à sede da Companhia Comercial, em 2 de agosto 1957. Esses dois ataques foram articulados sem a participação das lideranças urbanas e não há, nos relatos, a menção a líderes ou a alguma organização hierárquica. Ao relembrar o conflito, os colonos/as não atribuem a ninguém o papel de liderança, apenas realçam algumas façanhas de alguns dos colonos que faleceram por sua coragem durante o conflito, mas estes não eram exatamente líderes como parte da historiografia tradicional afirmava.

Mas, em uma manhã nublada em que chuviscava⁸, as colonas e colonos de Verê ouviram o chamado de Walter Pecoits nas rádios para irem a Francisco Beltrão expulsar as companhias. Chegando a Francisco Beltrão, os colonos se reuniram com suas armas ao redor do escritório da CITLA, onde Pecoits negociava a saída pacífica dos jagunços que, apesar do acordo subiram no Jipe e deixaram o local correndo. Os colonos entraram nas sedes das companhias, retiraram as suas placas e rasgaram os contratos que haviam sido obrigados a assinar, espalhando os pedaços de papel pelas ruas da cidade. Aqui a importância simbólica da eliminação da ditadura do papel e da opressão da burocracia foi este empastelamento dos cartórios.

Antônio Thomé lembra do desfecho do levante de maneira diversa, atribuindo a sobrevivência dos jagunços à ação rápida do Dr. Suplicy:

Eles avisaram pelo rádio e daí se reunimos. E a cavalo, por picadas... escapou 5-6 porque o Dr. Suplicy se meteu... vieram até a... com o jipongo, porque ele tinha o jipongo, e quando ele chegou lá perto do... onde morava o Ginoni. O povo esperava... era para matar tudo. Quando o velho veio e fechou assim... levou até em Água Branca. Abriu o jipão até aqui e "salvei a vida de vocês". Mas morreu gente que, olha, não tá escrita.

⁸ Walter Alberto Pecoits, o médico que liderou a Revolta dos Possesores em 1957, sempre contava que naquele dia 10 de outubro "choviscava e chovia um pouco".

João Miolla, por fim, reflete que naquele dia a lei finalmente apareceu para os jagunços:

E eles pensavam pra eles, mas não pro povo, né? E eu tô entendendo assim que foi uma grande falha humana do, desse gente daquele tempo. Como é que vinha aqui querer tirar a terra dos colonos? Né... é bem visto que não ia dar certo. Daí depois que matou aquelas pessoas aí viu, a lei apareceu daí, daí apareceu a lei.

Pretendeu-se aqui neste item trazer as vozes dos camponeses através do exemplo de Verê. É possível neste ponto trabalhar com os estudantes o porquê do silenciamento dos relatos camponeses e também a questão do protagonismo dado aos cidadãos, como médicos, jornalistas ou advogados. Embora a revolta tenha se iniciado no campo, os relatos escritos partem das fontes das cidades, onde uma pequena elite letrada acabou por representar a comunidade em levante.

Isto nos leva novamente à questão das fontes, posto que a tradição dos camponeses é oral e portanto menos fisicamente presente nas fontes que em geral são de uma tradição escrita. Daí a importância de entrevistas feitas pelos historiadores, como as de Ruy Wachowicz.

Narrativas silenciadas: a invisibilidade da luta e da resistência das mulheres ¹

Mulheres também estavam de armas em punho era o que noticiava o Estado do Paraná, de 14/10/1957: “Nota-se a que ponto chegaram os acontecimentos em Francisco Beltrão. Até as mulheres empunharam armas para preservar a integridade de seus lares”.



De camisa semiaberta Nelson e sua esposa Lida Sanderson empunhando a arma de vestido branco, conforme legenda. Imagem: Osvaldo Jansen. Acervo da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.²

¹ capítulo produzido inicialmente no projeto em artigo enviado à Revista A1 por Luís Fernando Lopes Pereira e Danielle Regina Wobeto de Araújo (esta bolsista de pós-doutorado do projeto) sob o título: As mulheres na Revolta dos Possesiros (1957).

² PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO. De camisa semiaberta Nelson e sua esposa Lida Sanderson empunhando a arma de vestido branco, conforme legenda.

A violência promovida pelos jagunços das Companhias Colonizadoras, que, por sua vez, agiam acobertados pelas polícias estaduais (civil e militar), contra as mulheres também foi um dos fatores, senão, o estopim para os Levantes Armados:

(...) o lar e as mulheres comprometidas ou solteiras, eram considerados intocáveis. A ação individual ou coletiva que rompesse esse equilíbrio tácito na sociedade pioneira, sofreria o repúdio até dos bandidos (farrapos³) abrigados na mesma.⁴

A partir de entrevistas e depoimentos registrados em jornais, revistas, livros, tv, filmes e outras produções pretendemos reconstruir uma história das mulheres do Sudoeste. Embora o uso da memória seja criticado – “não é confiável como fonte histórica porque fica distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade avançada, pelas tendências tanto do entrevistador como do entrevistado e pela influência das versões coletivas e retrospectiva do passado”⁵ – ainda assim, a história

³ Farrapos era “a designação que se dá nessa zona a indivíduos os foragidos da justiça que se escondem nos sertões do baixo Iguaçu” (ESTADO DO PARANÁ. **Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste**, 05.10.57, p. 16).

⁴ WACHOWICZ, 1985, p. 111.

⁵ Pollak aponta para a necessidade, ao se trabalhar com depoimentos, de se estar atento às características que constituem a memória e que, no relato, podem ser trazidos: a) experiências pessoais; b) acontecimentos “vividos por tabela”, os que foram vividos pelo grupo social de pertencimento, no mesmo espaço – tempo e, c) aqueles que são produto de identificação com passado longínquo, que poderia ser considerado como uma memória quase que “herdada”. Além dos acontecimentos, a mesma analogia poderia ser usada para as pessoas ou personagens e os lugares da memória. Ainda é importante estar consciente de que a memória é seletiva. E, por isso tudo, o historiador precisa ser crítico de suas fontes orais, tanto quanto de qualquer outra fonte. A história oral usa, obviamente, entrevistas como instrumento. E a própria entrevista constrói um espaço para o aflorar de uma emocionalidade especial e que pode propiciar que o depoente se abra em reminiscências que seriam impossíveis em outro tipo de contexto. Não se pode esquecer “que para relatar algo, antes de mais nada, é necessário encontrar uma escuta” e isso implica alguém com interesse e empatia pelo que é dito. E, desta empatia, podem nascer informações que não surgiriam numa entrevista em que o pesquisador não “acolhesse” a verdade do depoente. Então, a História Oral, neste trabalho, estará servindo como método que possibilita a construção das fontes. A memória, aqui, compõe um quadro referencial para análise do que é ou não contado nas narrativas e descrições das entrevistadas, trazendo evidências que servem de recurso ao que se pretende estudar. (POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 203-204, 1992). Conforme recomendado por AMANCIO, tivemos o cuidado de “Ao invés de tentar eliminar tendências e fantasias, devemos nos preocupar com razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Assim, ao observarmos as memórias dos contemporâneos à revolta, percebemos que o conflito não teve o mesmo significado para todos, da mesma forma que a identidade pessoal de cada um foi moldada de acordo com suas experiências e com a memória coletiva sobre a revolta (AMANCIO, Sílvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Possesiros** no

oral se faz útil. Demos especial atenção aos fatos violentos que envolviam as relações entre as mulheres e seus familiares (maridos e filhos); mulheres e jagunços; mulheres e polícias; mulheres e juízes da região, durante a Revolta; que foram exploradas por meio de uma abordagem de gênero.

Mesmo não contando com a presença de mulheres na frente de luta ou na organização do movimento no campo ou na cidade, elas, por outros meios, que não as armas, foram imprescindíveis na luta e na resistência pela segurança de seu lar e família. A forma como enfrentaram as violências promovidas tanto por jagunços das Companhias Colonizadoras como pelas polícias e demais autoridades do governo do Estado do Paraná, permite dizer que – dentro do papel que lhes fora atribuído pelos homens na divisão das tarefas – elas tiveram atuação permanente e efetiva, cuja história merece ser narrada e não relegada a plano inferior. Até porque, nunca é demais ressaltar, que a memória feminina sobre fatos dolorosos, como guerras e revoltas, é mais trágica e vivenciada de modo mais terrível do que a memória dos homens – “elas lembram de outras coisas, ou lembram de outra forma. São capazes de ver o que está escondido para os homens. Vou repetir mais uma vez: a guerra delas tem cheiro, cor, o mundo detalhado da existência”.⁶

Os relatos de algumas mulheres que viveram a Revolta dos Posseiros permitem produzir uma história da vida privada marcada pelo medo. Questão interessante, especialmente, se levando em conta que são ainda escassos os estudos sobre as mulheres que habitavam as fronteiras do Brasil dos “Anos Dourados”.⁷

A atividade desbravadora que envolvia a prática de derrubada de matas virgens – a região estava constituída por araucárias e madeira de

Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. 2009. 179p. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009, p. 21).

⁶ ALEKSIÉVITCH, 2016. p. 20.

⁷ Sobre a vida das mulheres no espaço citadino ver: PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.607-539; PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: In: PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 278- 321.

lei – era desempenhada tanto por homens como por mulheres.⁸ Além de abrir picadas e desbravar terrenos, coube às mulheres trabalhar na roça (roçar, plantar, colher, guardar) e nas atividades domésticas do lar:

Levantava de madrugada e tratava os animais e quando amanhecia o dia todo o pessoal já tava pronto pra ir pra lavoura. Deixava o feijão cozinhando no ticoço do fogo, aquele que não apagava, no fogão de chapa e meio-dia o feijão tava cozido, fazia a mistura e fazia o almoço. Depois do almoço voltava pra roça todo mundo de novo.⁹

A casa e os filhos era só eu que cuidava. Principalmente em casa não ajudava em nada, era daqueles bem machista (...).¹⁰

Eram tarefas quase que exclusivas das mulheres casadas, portanto, limpar a casa; cuidar dos filhos e das filhas; elaborar as refeições; tratar os animais e plantar hortaliças. A cultura machista tomou forma nessa divisão de tarefas. “O preconceito em relação às tarefas domésticas impedia o homem de dar sua colaboração em casa para a mulher”.¹¹ Mais do que isso, um ambiente patriarcal entre os posseiros impossibilitou que as mulheres participassem da vida pública. “As mulheres não participava das reuniões, nós era que nem a turma de bichos, não participava de nada e só trabalhava”¹²; “só fazia comida pros filhos e marido, lavava roupa para o hospital, ajudava na ferraria e trabalhava na horta”¹³. Em

⁸ Sobre essa questão, sublinhamos que a CANGO impunha regras ambientais - Portaria nº 66, de 20.11.56 - que visavam coibir a prática do desmatamento excessivo pelos colonos que ali chegavam. Essa preocupação normativa permite que possamos desconstruir ou relativizar o argumento amplamente veiculado nos manuais de direito ambiental de que, antes de Lei 6834/81, não existiam regras regulando o meio-ambiente. Tais regras, contudo, não devem ser lidas anacronicamente à luz da ordem jurídica atual, mas dentro de sua historicidade, que de modo geral estava inserida em um contexto jurídico mais preocupado com as vantagens econômicas que ambientais. A Portaria traz diversas preocupações e recomendações ambientais e informa que se o colono não obedecesse às regras ali contidas não receberia o título de posse do lote. Ao colono oficial era proibido: “1) é proibido desmatar as cabeças de morro (...); 2) a propriedade deve ter 25% de área coberta de mata; 3) só é permitido derrubar pinheiro para ser aproveitado em construções e cercas nos lotes, com a devida autorização da administração do núcleo; 4) fica proibido queimar e fazer roça nos lugares que tiver pinheiro e erva-mate.” (FIORESE, 2003, p. 192).

⁹ Depoimento de Maria Thiesen Faust. In: ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*, v.1, n. 1, p. 115-128, 1997, p. 119.

¹⁰ Depoimento de Guilhermina de Lima Soares. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 120.

¹¹ Depoimento de Alvina Bonin PERON. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 120.

¹² Depoimento de Antonia Cantini. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 125.

¹³ FIORESE, 2003, p.125.

suma, sintetiza bem a discriminação “Só os homens participavam das reuniões. Naquele tempo, as mulheres era carta fora do baralho”.¹⁴

A vida no Sudoeste também se caracterizou como dura dada a fragilidade das condições econômicas de muitas famílias, que muitas vezes não dispunham de recursos para atender às necessidades da própria alimentação. “A alimentação era uma preocupação rotineira, preferia-se alimentar as crianças e posteriormente com os adultos”.¹⁵ A aspereza da vida também se concretizou na falta de espaços de sociabilidade. O lazer era restrito e se resumia a visitas aos vizinhos “chamado ‘filó’, cantorias, e, às vezes, reuniam-se na casa de alguém para realizar bailes”¹⁶:

O baile era o principal meio encontrado pela população cabocla e pelos colonos, para se divertirem e fazerem passar o tempo. Realizavam-se fora da quaresma e do advento. Quase todos os sábados e domingos havia baile. Como não havia clubes, os bailes se realizavam nas bodegas e nas casas particulares {baile de rancho}. Nas bodegas é que ocorriam os maiores conflitos. Quando não matavam alguém num baile de bodega, parece que não era baile bom.¹⁷

Os bailes eram orquestrados por “gaitinha de oito baixo, as veiz uma rebeca, naquele tempo nem violão tinha (...) o baile não era dançado como agora agarrado de um todo! Era agarrado ponta do dedo (...) bem longe um do outro (...) pra não bater o calor.”¹⁸ A festa quase sempre, terminava por volta das 10h da manhã do dia seguinte; os bailes eram iluminados com carbureto ou com velas, que eram colocadas em taquaras. “Geralmente uma velha Senhora segurava a taquara pelos gomos. Quando o pavio estava chegando no nó da taquara, a velha avisava e o gaiteiro parava. *Daí, nós levava o par, fazia sentá com muito respeito*”.¹⁹

¹⁴ Depoimento de Madalena Marquin. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 125.

¹⁵ FIORESE, 2003, p.193-194.

¹⁶ ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 122.

¹⁷ WACHOWICZ, 1985, p. 111.

¹⁸ WACHOWICZ, 1985, p. 113.

¹⁹ WACHOWICZ, 1985, p. 113.

Nos bailes somente tocavam músicas sertanejas. Sabemos pelos relatos que havia poucas mulheres na região. “Não tinha quase moça, era muito pouca gente. Não dava prá escolhê, a primeira que enxergava tinha que ser aquela (...).”²⁰ Assim, geralmente, nos bailes os rapazes escolhiam as moças. “Mas frequentemente ocorria o *chimango*. Jogava-se um lenço no chão, o gaiteiro dava um floreio mudando a música e as moças então iam convidar seus pares. Era a *marca das damas*.”²¹ Pelos testemunhos este era um dos poucos momentos no qual as mulheres tinham alguma autonomia e protagonismo nas relações.

Com a onda migratória do Rio Grande do Sul a bocha chegou na região e passou a ser a diversão dos finais de semana, o futebol se destacou como lazer na década de 1950. Apesar de trazerem consigo o hábito de usar bombacha, no Sudoeste tal moda não foi incorporada pela população, especialmente por exigir muito tecido e impróprio para o relevo da região.

Além disso, alguns homens já circulavam vestindo calça e camisa, mas alguns ainda usavam o traje cotidiano tradicional: o *xadrezão*.²² As mulheres, por sua vez, usavam como principal tecido a chita. Os vestidos feitos com essa fazenda, geralmente, iam até as canelas. Porém, oportuno registrar que na fotografia do dia da Revolta em Francisco Beltrão, antes colada, as mulheres aparecem trajadas com uma ou duas peças (vestidos; saia e camisa) com fazendas lisas e engomadas mais parecidos com um estilo/moda urbano. Seja como for, diferentemente do que ocorreu no banditismo social do cangaço do sertão nordestino, onde era uma praxe os homens costurarem e prepararem suas roupas, no sertão do sudoeste

²⁰ WACHOWICZ, 1985, p. 113.

²¹ WACHOWICZ, 1985, p. 114.

²² Era a camisa, calça etc, tudo do mesmo tecido. Algumas pessoas chamavam esta fazenda de *riscado*, era a roupa mais simples. Até a roupa de baixo era desse tecido: *cueca balão*, *cheia de botãozinho* (...). A calça geralmente era bem estreitinha, praticamente colada ao corpo, para economizar fazenda ou largas para facilitar o trabalho de cada um. Quem podia vestia-se melhor. Era o traje feito de brim, da marca *Diamantino*. (...) O brim era mais caro (...), mas era mais resistente para entrar no mato. (...) Para proteger-se as calças dos espinhos e dos galhos, usava-se a perneira, geralmente de couro de tateto. Era amarrada na cintura e protegia as calças. (WACHOWICZ, 1985, p. 116).

paranaense, tal incumbência recaiu quase exclusivamente sobre as mulheres.²³

Chinelos de couro ou alpercatas argentinas acompanhavam a roupa mais simples usada nas atividades da vida cotidiana. Sapatos eram destinados apenas às comemorações mais prestigiadas socialmente, como os casamentos. Aliás, nestas festas eram frequentes dar salva com tiros de revólver. Nem poderia ser diferente, afinal, a sociedade tinha naturalizado o uso de armas e se operacionalizava na lógica da bala.

Os depoimentos também nos informam que não existiam locais próprios para atividades coletivas, por isso as escolas foram improvisadas. "Funcionava lá aquela escolinha, com bancos feito a soco. A distância era de uns 4 a 5 quilômetros, caminhavam a pé os meninos".²⁴ Apesar de não mencionarem nada acerca da educação das meninas, sabemos que não existiam professores, "os mais sabidos ensinavam as crianças (...)".²⁵ E Onorina Busse Locateli nos informou que "quem passasse dos 14 anos, não podia mais estudar".²⁶

A Igreja pouco ajudava a comunidade – "Nós não tinha nenhuma ajuda da igreja"²⁷ – e também foi bastante tímida quanto à religiosidade. Esta, segundo relatos, era experimentada individualmente em seus lares ou coletivamente se reuniam para rezar embaixo de árvores. Apesar dessa precariedade, em determinadas épocas do ano, alguns padres apareciam na região para executarem atividades básicas do ofício, rezar missas, casamentos, batizados e visitar moradores²⁸ Aliás, um depoimento chamou a atenção: "O padre rezava em latim. Era rigoroso, não

²³ "No sertão do começo do século XX, o manejo de linhas e agulhas não era uma atividade exclusivamente feminina. Os vaqueiros produziam os próprios gibões e primavam pela beleza, além do aspecto utilitário da indumentária. Cangaceiros também se dedicavam à produção de seus trajes – mais do que simples vestimentas, verdadeiros uniformes de guerra. Se Lampião apreciará o bordado de Dadá era porque dominava o assunto e sabia reconhecer a sofisticação de uma trama. Entre os sertanejos, costurar e bordar não era ocupação que denunciasses pouca macheza. NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita**: sexo, violência e mulheres no cangaço. São Paulo: Objetiva, 2018. p. 70.

²⁴ Depoimento de Maria Thiesen Faust. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 122.

²⁵ Depoimento de Diversina Topanotti. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 122.

²⁶ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 39.

²⁷ Depoimento de Amélia Kaufmann In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 121.

²⁸ Depoimento de Maria Thiesen Faust. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 122.

comungava se tivesse comido antes da comunhão. A mulher tinha que ter vestido comprido e véu. O dízimo não era com dinheiro e sim com trabalho. O padre vinha cada seis meses."²⁹

A saúde pública era deficitária, poucos eram os médicos e se preocupavam mais em atender feridos. As doenças, regra geral, eram tratadas com remédios caseiros, não surtindo efeito, é que se procurava um hospital.³⁰ Partos, que não era visto como doença, logo dispensava assistência médica, na maioria das vezes ocorriam nas residências e eram feitos por parteiras³¹, no entanto, sabemos que o parto de Anilda Larssen Périco, foi feito por três soldados.³² Tomamos ciência também que no dia da Revolta, nasceram ao menos três crianças, dentre as quais o filho de Madalena Wrzecznek, viúva de Floriano Wrzecznek, único padeiro da cidade.³³ Ines Berberi, teve uma neta, porém, não pode “assistir a filha no parto”.³⁴

A vida privada narrada pelas próprias mulheres que viveram no Sudoeste do Paraná da década de 1950, parece se adequar ao quadro traçado por Saffioti, que assinalou que as mulheres do campo do Brasil não tiveram alterados seus papéis na sociedade com o surto de industrialização que ocorria nos centros urbanos:

A mulher casada ocupa, na família caipira do sul do Brasil, posição singularmente curiosa. Na roça, não obstante seja poupada dos trabalhos mais rudes, sua contribuição pode ser igualada à do homem. Ao lado desse trabalho, cujo produto constitui parcela dos meios de subsistência da família, a mulher realiza ainda todos os serviços domésticos, aí incluído o cuidado de numerosos filhos. Esta situação de sobrecarga da mulher na sociedade sexual e econômica conjugal não lhe confere, entretanto, posição de paridade com o marido a não ser na intimidade do lar, longe, portanto, de estranhos. Diante destes ela assume um papel secundário, não ousando imiscuir-se nas conversações e

²⁹ Depoimento de Albina Bonin Peron. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 121.

³⁰ Depoimento de Diversina Topanotti. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 120.

³¹ Depoimento de Guilhermina de Lima Soares. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 121.

³² JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 39.

³³ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, “Festa da Citla tinha só pão e churrasco”, p. 06.

³⁴ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 20.

até mesmo permanecer no recinto em que os homens palestram. Nas festas, seu papel consiste em preparar os alimentos, penetrando no salão ou «coberto» apenas para servir aos convidados. Não participa, portanto, delas senão indiretamente. (...) Suporta, contudo, calada e submissa, realizadas em locais distantes do lar. Suporta, contudo, calada e submissa, os resultados destas (...). Assim, brutalizada pela rudeza e intensidade do trabalho agrícola e doméstico, alquebrada pelas sucessivas maternidades, mantida à margem do processo de intensificação dos contactos sociais, só nas normas tradicionais de submissão ao marido pôde a mulher encontrar um modo de existência apto a garantir-lhe a posição social e a segurança econômica de que não pode prescindir nas condições de isolamento relativo ainda hoje prevalecentes no meio rural brasileiro. Como o elemento feminino desempenha uma função econômica básica na família caipira, não se impõe a necessidade de mistificá-lo, encobrindo sua heteronomia social sob a capa de um tratamento pessoal de igual para igual.³⁵

A Revolta, para muitas mulheres, caracterizou-se como um período de medo e angústia, mais do que de violência propriamente dita, tal como enfatizava o discurso político de Othon Mader. A “violência simbólica, manifestada por meio de ameaças, foi o fator que desencadeou o medo e, em consequência, a mobilização.”³⁶ Passados 50 anos da Revolta, Dona Amélia Vetorello recordou que “Viam-se os crimes, mas ‘o medo era tanto que a gente ficava quieto, ninguém falava nada’. Sebastiana, esposa de Clemente Machado dos Santos, guarda da cancela da Cango, nos conta “Eu saí de casa num estado de nervos que Deus me livre”.³⁷

Nesse cenário de tensão e medo constante, a figura do jagunço, infelizmente, permaneceu viva na memória de todas as mulheres: “quando eles vinham parecia que a terra tremia”³⁸. Eram homens “foras da lei” e

³⁵ SAFFIOTI, Heleleth. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 100.

³⁶ Por conta disso, registra Amancio: Enquanto a oposição e a situação apresentam versões que envolvem a luta partidária, as memórias das pessoas comuns expressam o medo e a tensão que viveram antes e durante o conflito. A experiência dessas pessoas demonstra que muito mais do que questão partidária, a revolta significou para elas um momento dramático, onde viveram dias assustadores. A revolta foi, acima de tudo, uma forma de cessar a angústia e a insatisfação que assolava as famílias sudoestinas. Nesse cenário, as forças políticas, souberam, muito bem, utilizar a situação desesperadora a seu favor, mesmo que, para isso, ampliassem, sensivelmente, os fatos. (AMANCIO, 2009, p. 130-131).

³⁷ JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento “Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu”, 10.10.2007, p. 5.

³⁸ Depoimento de Maria F. Faust. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 125.

para atingir seus objetivos eram capazes de cometer qualquer tipo de violência. Eram descritos como homens armados “dos pés aos cabelos, tudo que é tipo de arma. (...) a gente sabe que eles mataram gente, fizeram gente deixar as propriedades”³⁹; “Eles queriam comer e beber sem pagar. Eles tinham cobertura da polícia”.⁴⁰

No imaginário de algumas mulheres posseiras, o Governador Moyse Lupion soltou presidiários da Capital, liberando-os para serem jagunços no Sudoeste. Os jagunços “faziam o que queriam com as mulheres e matavam os homens sem dinheiro.”⁴¹

O Sudoeste do Paraná não contava com um sistema bancário estruturado, por conta disso uma parcela da população guardava dinheiro em casa. Muito em razão desse fato desenrolou-se a relação entre jagunços e as mulheres posseiras.

Regra geral, as dívidas eram cobradas nas residências, pois ali estaria o dinheiro. Como “estratégia” muitos maridos usaram suas esposas grávidas para afugentarem jagunços, que ficavam com pena de fazer cobranças. Ervelino Coletti, dono de um hotel em Dois Vizinhos, foi quem revelou tal “tática”, e também outra, como a de vestir posseiros de mulheres para conseguirem fugir:

(...) Hospedava gente de todos os tipos e, no caso da Revolta, dos dois lados. Chegou a ter jagunços num quarto e no outro lado da parede (de madeira) um colono, Olivino Lorandi, que estava com sentença de morte. Para evitar o pior, vestiu-o de mulher e o farmacêutico Polmann, proprietário de um dos dois jipes que havia na cidade (o outro era de Ernesto Zancanaro), levou-o até Xanxerê. (...) Diz que os colonos se sentiram tão desprotegidos, que odiavam qualquer pessoa que fosse autoridade. "O que eles mais queriam era ver o Lupion pendurado numa árvore." (...) depois de matar o Pedrinho Barbeiro no Verê, os jagunços da companhia Comercial foram para Dois Vizinhos. E procuraram seu hotel. Pra evitar o contato, Coletti pediu que a esposa atendesse. Diante da mulher grávida, respeitaram e foram embora sem muito

³⁹ Depoimento de Maria F. Faust. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 125.

⁴⁰ Depoimento de Maria B. Spader. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 125.

⁴¹ Depoimento de Alvina Bonin Peron e também de Madalena Marquim. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 120.

insistir. "Aí eu mandei o Valtinho a cavalo pra Beltrão avisar o dr. Walter que tinham matado o Pedrinho Barbeiro. Em pouco mais de três horas (50 quilômetros), o Valtinho estava lá, mas o dr. Walter já estava sabendo. ⁴²

Aliás, como contraponto da visão masculina de contar a história acima transcrita, que de alguma forma enaltece a esperteza masculina ao lidar com a questão. Algumas mulheres grávidas, relataram que dado o medo e ao trabalho pesado intenso, sofreram abortos ou tiveram filhos com anomalias. O pós-parto também se caracterizou como um momento de ansiedade, pois muitas não sabiam do paradeiro de seus maridos e os aguardavam por meses pelo retorno. Deorides Grando e seu filho recém-nascido, aguardaram por três o retorno de seu marido e pai Roberto Grando.⁴³

Como última estratégia, identificamos a fuga dos posseiros para o mato quando os jagunços estavam por perto com o objetivo de efetuar a cobrança pela propriedade da terra, que judicialmente ainda estava em disputa. Aliás, destacamos que a visão das mulheres sobre a propriedade não era muito diferente da noção dos homens: todos estavam cientes de que era necessário pagar pela terra, desde a quem fosse de direito. Em seus testemunhos as mulheres dizem que muitas famílias migraram sabendo da disputa jurídica e das ilegalidades que existiam sobre as terras do Sudoeste do Paraná. Mesmo cientes disso, acreditavam suas posses das terras poderiam ser legalizadas por iniciativa do próprio governo. "Nós sabia que a terra não tinha escritura, mas nós fomo aventurá como os outros tava aventurando, nós também tava querendo aventurá terra".⁴⁴

⁴² JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 28.

⁴³ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, "Grando, nomeado 'prefeito', só voltou para casa três dias depois, quando nasceu seu filho Ary", p. 12.

⁴⁴ Depoimento de Diversina Topanotti In: ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*, v.1, n. 1, p. 115-128, 1997. p. 118. Ver também: (STOCKMANN, Maria de Lourdes; PIRES, Ariel José; SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. "A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra, 2007. p. 10. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/715-4.pdf>. Acesso em 02.06.2018.)

Como quer que seja, dada a fuga dos homens para o mato, restavam as mulheres posseiras cuidarem de seus filhos e filhas e negociarem com os jagunços:

Bem, os homens se escondiam tudo porque eles não ficavam em casa, porque tinham medo dos jagunços que vinham matá e as mulher tinham que enfrentá porque tinham os filho; não podia deixá eles levá os filho. Eu trabalhava assim na beira da estrada, do carreiro, levava as criança numa caixinha e eles passavam (jagunços), um tal de Orélio, que judiou de todo mundo, dizia: vai embora mulher boba, para de trabalhá nesta roça, leva estas crianças pra casa, isso aí não adianta tu plantá, porque é tudo nosso mesmo. Nós vamo solta os cavalo pra comê tudo o que você planta aí. E eu mandava que ele viesse. Eu enfrentava eles, eu não tinha medo.⁴⁵

Nos momentos em que estavam sozinhas protegendo o lar e seus filhos a maioria se deparava com ameaças dos jagunços, Martina Perardt, ouviu: “se não pagar isso [a casa] vai virar tudo cinza”.⁴⁶ Para algumas mulheres em determinados momentos negociar, no entanto, não foi suficiente. Dona Diversina relata que enfrentou muitos jagunços com arma de fogo e nunca teve medo. “Eu fui uma mulher de muita coragem, mais coragem que meu marido, não fez o que eu fiz e botei eles pra correr também da minha casa.”⁴⁷ Manoela Peicots, esposa de Walter, médico e um dos líderes da Revolta, em entrevista confirmou que usava revólver e que era boa atiradora. Além disso, informou que outras mulheres, como a esposa do Nelson Sanderson e a Lida e a Rosa, mulher do Baldoino também andavam armadas, especialmente, na época da Revolta.⁴⁸

Paula Preilipper, posseira de Verê, viúva de Tigrinho, assassinado por jagunços, contou, pela primeira vez, após 50 anos dos fatos, que matou para se defender. Seu comovente relato, ainda que longo, serve

⁴⁵ Depoimento de Diversina Topanotti In: ZANELLA; KRAMER, 1997. p. 124.

⁴⁶ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 14.

⁴⁷ Depoimento de Diversina Topanotti. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 118.

⁴⁸ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 43.

como termômetro do nível do medo e da violência pelos quais algumas mulheres passaram na Revolta dos Posseiros:

No outro dia quando eu fui buscar o corpo dele, de carrocinha, veio o Negro Lima, que era polícia deles, e começou debochar. Disse que não adiantava rezar, porque meu marido morreu sem vela na mão e quem morre sem vela na mão vai pro inferno. Eu fiquei quieta, não respondi. Mas avancei nele, peguei uma estaquinha e avancei, ele fugiu. Cinco ou seis dias depois da morte dele, eu fui pro Verê vender um porco pra pagar a despesa do caixão e tudo, a gente não tinha um tostão. Aí os jagunços me prenderam. Me levaram pro escritório e queriam que eu contasse porque prometi matar eles. Eu disse que tinha prometido matar quem matou meu marido. Eu não sabia mesmo quem matou, daquela jagunçada. Só sei dizer que eles estavam me perseguindo, queriam me matar porque meu marido matou cinco jagunços. (...) Por isso, eles tinham raiva e queriam me matar, sabe. E aquele dia que eles me prenderam no escritório, eu reagi. Um olhava pro outro, ria e dizia: “Olha que viuvinha bonita.” Eu comecei a pensar: *e os meus três filhos em casa, óh meu Deus do céu!* O senhor pense bem como me senti. Eu não me sentei, estava na porta, quando vi que um olhava pro outro, a porta era pra dentro, assim, eu fui pra trás, empurrei, fiz a porta ir pra fora, sabe, caiu a porta, o trinco, foi tudo longe. Com a força que a gente tem. Daí eu desci, ajuntei pedras na estrada, que estava tudo assim, quebrei as vidraças, fiz um banzé ali. Sabe, quando a gente está doído, nervoso, tem uma força, tu não respeita mais nada. Eu chamei: *Se quiserem ser machos venham*, gritei. Mas nenhum apareceu. E eu pedra e pedra! Naquilo eu acho que vieram umas 50 pessoas e estavam todos ao meu favor, sabe. Daí veio um juiz, acho que era um dentista e disse: “*Olha vocês não botem mais a mão na dona Paula porque hoje é a vez de vocês.*” Daí eu fui pra casa. E me preparei, porque os jagunços tinham prometido botar fogo na casa pra matar eu e os meus filhos. Botei pranchas de cedro em frente das janelas, era todo de rachão o nosso ranchinho, botei as crianças nas cobertas de pena, embrulhei e defendi. Fechei o portão com arame farpado e fiquei esperando, acordada, até as três horas da madrugada. De repente, estavam em três tentando abrir o portão pra vir botar fogo na minha casa e matar eu e os meus filhos. Daí eu pedi a Deus: *O que que eu vou fazer?* Criei uma força, enquanto eles estavam desenleando o arame, atirei. E escutei um dizer “ai!” Eu já troquei o cartucho, nós não tinha chumbo, meu marido cortou parafuso e prego, dei outro tiro. Outro deu mais um grito, daí vi que eles estavam se ajuntando, e foram embora, levando de arrasto os dois mortos. Trouxeram pra Beltrão. Um dia o dr. Wal-

ter me mostrou os pedaços de prego e parafuso. E eu nunca quis contar, sabe, a gente tem um remorso”. **E a Senhora atirou mesmo?** “Atirei, credo! E morreram os dois. A espingarda era calibre 28. Eu nunca contei, mas confessei pro nosso pastor e ele me disse: *“Dona Paula, a senhora não tem pecado. A senhora salvou os seus três filhos e a senhora. Eles vinham pra matar a senhora, e assim como eles não conseguiram, a senhora tem mais poder de Deus pra se livrar.*”⁴⁹ (destaques no original)

Mesmo após o assassinato do seu marido e Paula atirar contra alguns jagunços, estes, ainda assim, atormentavam e dificultavam a vida dela e de seus filhos, como se a vida por si só no Sudoeste já não fosse bastante cruel:

Um dia eles me pegaram de novo no Verê. Mas eu pulei em cima da minha carroça e fui embora. De noite apareceram lá. Mas não vieram mais no portão. Vinham ali pra me pegar, mas não conseguiram, eu me escondia. Escondi a espingarda também. Nós sofremos, eu sofri. Eu não podia mais sair. Um dia veio um jipe atrás de mim. Eu tinha ido ao povoado vender o que tinha pra sustentar os meus filhos. Eu não tinha um tostão. Vieram atrás de mim pra me pegar e me matar ou me levar, não sei o que. Mas eu não tinha medo, eu não saí do meu lugar. Até no fim. Nós dormia alguma noite com as minhas crianças pequenas, mês de agosto, frio, dormia em um ou outro galpão, assim na invernada, no potreiro, embaixo das samambaias, com as crianças pequenas. E comer o que? Não tinha nenhum parente.⁵⁰

Estes relatos parecem em sintonia com as análises feitas pela Nobel da Literatura, que enfatizou que “Não importa de que falem as mulheres, nelas estava sempre presente a ideia de que a guerra é só uma matança, e depois, trabalho duro”. A grande questão nos testemunhos colhidos residia no fato de que não queriam morrer, mas o mais insuportável e angustiante era “matar, porque a mulher dá a vida. Presenteia. Carrega-a por muito tempo dentro de si, cria. Entendi que para as mulheres é mais difícil matar.”⁵¹

⁴⁹ JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento “Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu”, 10.10.2007, p. 28.

⁵⁰ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 28.

⁵¹ ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 21.

A violência contra as mulheres também era desferida autoridades. No Verê, as mulheres tinham pavor do juiz de paz, como mostra uma matéria designada “Cuidado, vê bala de coco”:

Verê – Como nada foi gravado, é difícil falar sobre a intensidade da gritaria provocada pelo combate de Verê, entre jagunços e colonos, naquela fria tarde de 2 de agosto de 57. Há quem afirme que ouvia a vários quilômetros de distância, e os gritos soavam tão fortes como os tiros.

Teve quem testemunhou o pavor das mulheres. Gritando, desesperando-se, corriam à busca de um lugar seguro, para elas e seus filhos. As que estavam na bodega do Ervino Datti, que era o mesmo prédio de um entrincheiramento dos jagunços, desceram todas para o porão. E vieram também muitas que moravam em casas vizinhas. O porão ficou lotado. Naquele local não devia haver perigo de bala perdida. Mas tinha um homem que, à primeira vista, estava muito preocupado com a segurança das mulheres. Era o juiz de paz, homem já de seus 60 e tantos anos, beirando os 70. Barba e cabelos brancos, chapéu de pano, óculos de aro grosso, camisa vermelha xadrez abotoada nas mangas – o vovô já caminhava com certa dificuldade, mal podendo carregar as botas.

Naquele tempo não havia energia elétrica e nem geladeira. Os bodegueiros costumavam cavar valos no chão, onde empilhavam garrafas de bebida, para mantê-las frescas. Pois o velho juiz de paz – já trôpego no caminhar, mas que de bobo não tinha nada – entrou naquele valo. Lá dentro chamava as mulheres – crianças não, só as mulheres – para que fossem se proteger, junto com ele naquela trincheira à prova de bala.

- Deita aqui, tchê – clamava o velho – deita aqui, viva! Aí você vai levar bala no coco. Cuidado, aí é perigoso, vem bala no coco. Mas aqui não, deita aqui viva!

Nenhuma, porém, deixou-se levar por aquela malandragem. As mulheres preferiam correr o risco de uma bala no coco do que deitarem-se no valo, ao lado do velho. Era um momento em que todo mundo tapava os ouvidos e batia os dentes, de medo. Mas teve uma que desabafou:

- Velho aproveitador!⁵²

A matéria acima - verídica ou não - é bastante sintomática e parece ser uma boa síntese do imaginário dos homens sobre as mulheres do Sudoeste e possibilita-nos afirmar que fossem jagunços, farrapos, autoridades, mari-

⁵² JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 7. “Cuidado, vê bala de coco”.

dos e filhos, as mulheres estavam estruturalmente dentro da dinâmica machista da época e socialmente tinham uma vida bastante limitada.

A par disso, algumas histórias nos mostram uma solidariedade entre elas durante a Revolta. Dona Santina Lorenzon, viúva de João Piasecki, de Francisco Beltrão, contou que no dia 10.10.57, no auge do Levante, uma parcela considerável de mulheres procurou o abrigo da Igreja. Coube a ela, a contragosto, segurar o facão, enquanto seu esposo estava armado com um revólver e uma espingarda. “Eu não queria, mas vou fazer o que, naquele tempo a mulher obedecia ao marido, não é como hoje. Enrolei o facão numa folha de papel e botei dentro de uma sacola. Só que ficava o cabo de fora, e lá estava eu”.⁵³

O cuidado de algumas mulheres com outras, especialmente, entre vizinhas também se fez presente. Uma semana após 10 de outubro de 1957, algumas mulheres com seus filhos e filhas foram morar por alguns dias no mato, agora, não por medo dos jagunços, mas sim da polícia estadual que os acobertava e os vingaria.⁵⁴ “Nós mulheres que mais sofremo, estava dieta e ficar no meio do mato com os filho foi de ficar louca”⁵⁵.

As lembranças acima não devem ser lidas como um relato apaixonado ou desapaixonado de uma realidade que desapareceu, mas um renascimento do passado, quando o tempo se volta para trás, como bem sublinha Aleksiévitich.⁵⁶ Um passado que nas memórias das mulheres do Sudoeste ficou marcado pelo medo e violência oriunda da ocupação da terra.

⁵³ JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 20.

⁵⁴ ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 124.

⁵⁵ Depoimento de Agda Rech Schmitz. In: ZANELLA; KRAMER, 1997, p. 124.

⁵⁶ ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 13.

Narrativas silenciadas: populações originárias

É notável a ausência dos indígenas, mesmo nas perguntas e nos relatos espontâneos dos camponeses que colonizaram a região, embora se saiba que comunidades guaranis ocupavam a área a partir dos relatos reunidos por Langer, e fotos que indicam ter sido frequente a presença dos/as indígenas nos mesmos vilarejos frequentados pelos/as colonos/as. Pode-se refletir sobre até que ponto tal silêncio não representa o apagamento da presença indígena da memória coletiva – reforçada durante as comemorações da Revolta, nos monumentos e na educação pública – que privilegia as bravatas e o *pioneirismo* dos colonos/as descendentes de alemães e italianos.

Lendo imagens, contando histórias

A intenção aqui é possibilitar a vocês professora e professor, a leitura qualificada de imagens para que as mesmas deixem de ser apenas ilustrações daquilo que queremos dizer e passem a ser utilizadas como fontes particulares que são e que exigem instrumentais interpretativos específicos.

Até mesmo por isto não utilizamos as fotografias disponíveis no acervo para ilustrar as narrativas construídas. Elas serão exploradas nesta parte a partir de referenciais apropriados.

As imagens aqui analisadas foram produzidas por Osvaldo Jansen, enviado pelos jornais de Curitiba, que chegou ao sudoeste em setembro de 1957, momento em que o conflito assumia uma fase mais violenta e atingia repercussão nacional¹ e internacional².

Everly Pegoraro destaca que, se os textos dos jornais raramente mencionaram os relatos dos colonos/as, a sua presença pode ser notada nas fotografias. Em meio ao trabalho artístico do fotógrafo, há espaço para identificar sentidos em suas poses, seus sorrisos e seus gestos, muitas vezes produzidos cientes que estavam sendo fotografados.

¹ Os jornais Cruzeiro, Manchete e Última hora enviaram fotógrafos e repórteres para acompanhar *in loco* o desenrolar dos conflitos. Ver: PEGORARO, Éverly. **Um conflito em imagens: representações fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957**. Discursos Fotográficos, Londrina, v. 4, n. 5, p. 81-102, jul/dez. 2008b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/1927/1660>.

² Uma nota publicada no New York Times em 25/09/1957 noticiava o ocorrido: "a battle over rent between squatters in Santo Antonio and a colonization company killed at least seven persons and sent many Brazilians villagers across the border to Argentina for refuge, reports reaching here said today. Santo Antonio is in the southern tip of Brazil." Há ainda menções a matéria publicada pela Revista Times, estadunidense, e pela versão espanhola Life. PEGORARO, Éverly. **Um conflito em imagens: representações fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957**. Discursos Fotográficos, Londrina, v. 4, n. 5, p. 81-102, jul/dez. 2008b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/1927/1660>.

Para se analisar estas questões precisamos recorrer aos autores de história da arte que revolucionaram a interpretação e leitura de imagens. Um instituto na Inglaterra, chamado Warburg se dedicou a estes estudos.

Erwin Panofsky³ inaugura o método através de um livro chamado Estudos de iconologia e a define como um ramo da história da arte que trata do conteúdo temático ou significado das obras de arte, enquanto algo diferente de sua forma.

Aqui há a superação das visões tradicionais da história da arte que estudavam as obras ou a partir da genialidade do autor ou pelo contexto no qual estariam inseridos a partir dos estilos.

A ideia de Panofsky e depois de Ernst Gombrich, era combinar elementos autorais do artista com o contexto artístico e mesmo intelectual, como acontece na análise da relação entre arte gótica e escolástica feita por Panofsky.

Mas os estudiosos sabem que o significado é termo fugidio e é possível falar em vários níveis de significado.⁴ Afinal, há mais que os olhos vêem na representação, daí a necessidade de se estabelecer referências simbólicas para a interpretação.

Como ler, então as imagens da revolta a partir de tais questões? Vamos voltar às imagens de Jansen que era, portanto repórter fotográfico. Assim, este é um primeiro elemento importante pessoal, do autor que incide sobre a produção dele. A tentativa, entretanto, de uma linguagem jornalística e direta por óbvio não garante a objetividade do retrato, afinal, de um lado temos o fotógrafo, o produtor da fonte que tem seus interesses e marcos culturais que interferem na forma como ele vê e registra o mundo.

O método iconográfico que pretende interpretar as fontes visuais de forma mais complexa sugere que se leve em conta duas questões centrais que se mesclam e disputam espaço: de um lado a pretensão autoral do produtor da imagem, que marca ali sua subjetividade; mas de outro ex-

³ PANOFSKY, Erwin.

⁴ GOMBRICH, Ernst. **Immagini simboliche**; studi sull'arte nel Rinascimento. Torino: Einaudi, 1972.

plicita também o vínculo que este sujeito subjetivo tem com o entorno de seu período, como o fotojornalismo dos anos 40/50 do século passado, no caso em questão.

Dois fatores ainda devem ser levados em consideração para uma boa análise das imagens: seu agenciamento (ou seja, quem encomendou as imagens, pois muitas vezes a encomenda é tão delimitada que a foto é praticamente uma montagem.) e a questão da pose, do comportamento do fotografado que também é fator de redução da espontaneidade da cena.

Vale lembrar aqui que as fotos estão disponíveis no repositório da Universidade Estadual de Ponta Grossa, junto com as demais fontes escritas. Examinemos esta primeira foto de Jansen:



Nas proximidades de Francisco Beltrão, Jansen se deparou com famílias que carregavam todos os seus pertences e seus animais em busca

de um lugar para se instalar na região. Apontam para as lentes do fotógrafo, em sinal de aparente surpresa com o encontro inesperado ou, ainda, de estarem cientes de que estão sendo fotografados e chamam a atenção para que saiam "bem na foto".

Mas podemos retirar mais da imagem. Percebemos por ela que os meios de transporte utilizados pelos colonos era prioritariamente a carroça, e ainda de forma insuficiente, pois a maioria vai a pé. A estrada tem marcas de carroças bem evidentes e não é exatamente uma picada pois aparentemente a floresta do entorno também foi derrubada ao menos em parte, o que permite a leitura do desmatamento e das questões ambientais também a partir de uma imagem que originalmente não tinha a pretensão de revelar isto.

As mulheres e as crianças vão na carroça, enquanto os homens e os animais (domésticos e de criação) os acompanham, demonstrando as dificuldades de viagem e de deslocamento. Aqui é possível mesmo relacionar esta disciplina com as demais, calculando, por exemplo, o quanto andariam em um dia (os que estão a pé junto com a carroça) e imaginar o deslocamento destes camponeses de seus locais originários para o sudoeste paranaense.

Esta imagem apesar de ser de um período em que a ocupação em parte já tinha acontecido permite leituras da vinda desses colonos e da ocupação do espaço, para não entrar em detalhes que podem também despertar a curiosidade histórica nos estudantes, como as vestimentas, ou imaginar o que comiam no trajeto, como tomavam banho, onde dormiam ou como se protegiam de animais e das intempéries.

A segunda imagem que colocamos em foco neste item a título de exemplo é a que está abaixo e que representa a montagem dos núcleos populacionais na região do sudoeste paranaense. A principal e para nós evidente leitura que se pode fazer da imagem é a ambiental. Percebe-se a pouca preocupação com a mata nativa. Vê-se claramente na imagem um descampado sem mais qualquer espécie de mata nativa que até então era

abundante. Isto nos remete aos interesses das madeireiras na região e esta lógica predatória mesmo entre pequenos produtores e camponeses.

A fotografia pretendia inicialmente demonstrar a ocupação territorial do sudoeste e destacar o fato de ser realizada através da fixação de pequenos proprietários rurais.

Mas o vazão de mata em tão pouco tempo chama a atenção. Este elemento por ser também problematizado com os alunos e com as alunas. Tentar perceber a leitura que cada um realiza das imagens. É possível, por exemplo, que alguém tenha uma visão mais próxima da época em que a foto foi produzida, voltada a demonstrar o progresso e a civilização avançando sobre a selvageria, típica do período Juscelino Kubitcheck e sua pretensão modernizante, em um Brasil que se pretendia mais rural que urbano.



Os contrastes entre o passado e o presente também podem ser provocados pelo exame da imagem. Comparar os tipos e tamanhos de habitações, das quadras, da cidade, dos meios de locomoção, saneamento, água, luz, etc.

Provocar os alunos e alunas a refletir sobre uma vida sem os confortos da modernidade, mas sem também seus problemas e complexidades.

A próxima fotografia de Jansen é uma das mais famosas e mostra exatamente o auge da Revolta dos Posseiros.

Percebe-se na fotografia os camponeses na cidade de Francisco Beltrão, resgando a papelada dos cartórios criados por Moisés Lupion para certificar as terras em nome das Companhias de seus amigos como foi visto no relato.

Vê-se na foto a revolta contra a burocracia que foi ineficiente para a proteção dos interesses dos camponeses que se viram desamparados pela máquina estatal seja nacional seja estadual. Mais que isto, a máquina burocrática estava a serviço de interesses contrários aos dos posseiros o que agravava a situação.

Daí simbolicamente ser fundamental a destruição da papelada da burocracia que era um entrave a posse das terras por parte destes camponeses. A foto é de 1957, após a expulsão dos capangas e das Companhias de Colonização.



Claro que o sucesso da Revolta se deu porque o levante tomou grandes proporções e levou à expulsão daqueles que estavam utilizando táticas violência contra os posseiros. Percebe-se na análise da própria variedade de fontes, os meios variados usados pelos posseiros para a

defesa de seus direitos. Tentaram as vias institucionais, tentaram os meandros da política estadual e nacional, incluindo o apelo ao Senado federal. Mas a resolução só foi possível pela winchester, que fica bastante evidente nas fotos, portadas mesmo por mulheres que, como relatado, tiveram papel chave na ocupação e resistência. Na foto abaixo, também de Jansen e igualmente do auge da Revolta após a expulsão dos capangas das companhias, percebemos os homens na praça central, erguendo em comemoração suas armas, sejam armas brancas que refletem seu trabalho camponês, sejam as winchesters que ajudaram na luta contra a opressão das Companhias de terras.



Fontes primárias

ANAIS DO SENADO FEDERAL. Disponível em:
http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp.

BRASIL. Resolução 110, de 1957 da Câmara dos Deputados, instituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para examinar as graves ocorrências no sudoeste do Paraná e propor medidas legislativas a fim de resolver os problemas da posse e de propriedade das terras situadas na região. **Diário do Congresso Nacional** (DCN₁), de 11.04.59, p. 1350-1381.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.436 de 10.07.1940. Incorpora ao patrimônio da União todo o ativo existente em território nacional da Barzil Railway Company e empresas a ela filiadas e dispõe quanto à apuração e liquidação do seu passivo.

_____. Decreto-Lei nº 3.059 de 14.02.1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais

_____. Decreto federal nº 12.417 de 12.05.43. Cria a Colônia Agrícola General Osório (CANGO).

_____. Decreto-Lei nº 5.812, de 13.11.43. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11.11.2018.

_____. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18.09.46.

_____. Decreto federal nº 25.547 de 21.09.1948. Cria a Colônia Nacional de Jaíba, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

_____. Decreto federal nº 50.379 de 27.03.1961. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a gleba "Missões" e parte da gleba "Chopim" situadas na faixa da fronteira, no Estado do Paraná.

_____. Decreto federal nº 50.494 de 25.04.1961. Determina regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública, decorrente do Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961, e dá outras providências.

_____. Decreto federal nº 51.431 de 19.03.1962. Cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

_____. Decreto nº 73.292, 11.12.1973. Extingue o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP.

_____. Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná. Relatório final das atividades. Curitiba, 1974.

CANGO. Telegrama de 17 de julho de 1953. n.º 83. Administrador da Colônia para Diretor da D.T.C. do Rio de Janeiro.

CANGO. NÚCLEO COLONIAL "GENERAL OZÖRIO". **Relatório ano 1956**; Ofício nº 19/57. Francisco Beltrão, Jan. 1957.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

DEAP. BR APPR PB 042. Códices EI AI 0983 e EI AI 1000, ambos de 1956 e 1957.

DEAP. BR APPR PB 042. Pastas 3736 e 3737.

DEAP. Pasta 1674, top.200, “questões do sudoeste”. Outra pasta que remete ao conflito é “Delegacia de Francisco Beltrão”. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Departamento da Polícia Civil. Divisão de Segurança e Informações nº 004871 - PT 501.55.

DEAP. BR APPR MFN 1083. Relatórios da Chefatura de Polícia ao Governador. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1957_MFN_1083_Chefatura_de_Policia.pdf.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>.

FOLHA DO SUDOESTE. Suplemento “Edição Histórica”, 10.10.1987.

FONTANA, Mario. Entrevista concedida à Ruy Wachoviski. Curitiba. 20 de dezembro de 1978.

GAZETA DO POVO.

JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento “Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu”, 10.10.2017.

MIOLLA, João. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: A Revolta dos Colonos outras memórias. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano. Verê/PR, 3 de setembro de 2013, duração: 1h 11min. 11 seg.

NEW YORK TIMES. Thursday, September 26, 1957, on Page 2 of the New York edition with the headline: 7 Die in Rent Fight in Brazil, vol. CVII, No 36.405. Disponível em: <https://nyti.ms/2nvF74T>. Acesso em 11.12.17.

O ESTADO DO PARANÁ.

PARANÁ. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por ocasião da Sessão legislativa Ordinária de 1951 pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha, Governador do PR.

PARANÁ. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do PR, por ocasião da Sessão legislativa Ordinária de 1957 pelo Senhor Moysés Lupion, Governador do PR.

PARANÁ. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado do PR, por ocasião da Sessão legislativa Ordinária de 1958, pelo Senhor Moyses Lupion, Governador do PR.

PERARDT, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: A Revolta dos Colonos outras memórias. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano. Verê/Paraná, 3 de setembro de 2013, duração: 42 min. 8 seg.

PECOITS, Walter Alberto. Entrevista concedida a Ruy Wachoviski. Francisco Beltrão. 14 de fevereiro de 1979.

PODER JUDICIÁRIO. Processo nº 966, de 1951, que tramitou na 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO.

_____. Termo de declarações prestadas por Lourenço José da Costa, vulgo “Maringá”, em 22.10.57.

PUBLITZ, Edu Potiguara. Entrevista concedida à Ruy Wachoviski. Pato Branco. 8 de fevereiro de 1979.

REVISTA O CRUZEIRO.

REVISTA MANCHETE.

SANTORO, Edmundo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bananal. Verê/Paraná: 4 de julho de 2011, duração: 75 min. 40 seg.

TARTAS, Tereza. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: A Revolta dos Colonos outras memórias. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/PR, 17 de janeiro de 2013, duração: 54 min. 20 seg.

THOMÉ, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: A Revolta dos Colonos outras memórias. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bellé. Verê/Paraná, 12 de janeiro de 2013, duração: 57 min. 28 seg.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. Autos de Apelação n.º 9.989. Relator Ministro Djalma da Cunha Mello. Julgamento 30 de janeiro de 1960

TRIBUNA DO PARANÁ.

Referências

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de. **“A gente também tinha coragem de enfrentar”**. Análise das atuações políticas das trabalhadoras da região central do Paraná. (1980-1990). Irati. Paraná, 2015. Dissertação (Mestrado em História e Regiões). UNICENTRO.
- AMANCIO, Sílvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico**: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. 2009. 179 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.
- ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. PEREIRA, Luis Fernando Lopes. “Notas arquivísticas sobre a Revolta dos Posseiros (1957)”, aceito e que será publicado na próxima edição da **Revista Tempos Históricos**. e-ISSN 1517-4689. Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **“As mulheres na Revolta dos Posseiros (1957)”**, em submissão para um Revista A1.
- ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. **Cultura jurídica policial na Revolta dos Posseiros (1957)**, em submissão para um Revista A1.
- ARAUJO, Danielle Regina Wobeto. O clã mais poderoso da província. In: **Jornal Plural**. Entrevista acerca da Revolta dos Posseiros. Em 26.03.2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/o-cla-mais-poderoso-da-provincia/>. Acesso em 15/07/2019.
- ASSIS, W. **No princípio era a terra: a territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão da acumulação capitalista na Amazônia**. Revista de Antropologia, v. 58, n. 2, p. 288-313, 22 dez. 2015.

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo:1981. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica**; arte e política. Obras escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BONETI, L. W. **Organização e luta camponesa no sudoeste do Paraná**. Em: MOTTA, M.; ZARTH, P. História Social do Campesinato, v. 1, Livro II
- BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane (Orgs.). **Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.
- BORGES, Jorge Luis. **El hacedor**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1960.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CANGUSSÚ, Kauan Juliano. **Conflitos agrários no Sudoeste do Paraná (1943-1957): uma reflexão a partir dos relatos de colonos/as da região de Verê**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018).
- CARVALHO, Maria Lucia Brant de. **Das terras dos índios aos índios sem terras**. O Estado e os Guarani do Oco'y. Violência, silêncio e luta. São Paulo: USP, 2013, 834p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2013.
- CATTELAN, Carla; CASTANHA, André Paulo. **A Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) e o processo de escolarização no sudoeste do Paraná: 1948-1957**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016, p. 285-304.
- CODATO, Evandir. **PSD e UDN**: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 1991.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. Curitiba:1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandrose heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos; e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo; comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017

DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit.1967.

FERES, João B. **Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil**. Nijmegen/Holanda: CEDLA, 1990.

FIGLIARESE, G. *A mulher e conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962)*. Dissertação. (Mestrado em História). Unicentro/Unesp. Guarapuava, 2000.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. Tese. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós Graduação em Geografia (Doutorado). 2011

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma; a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FOWERAKER, J. *A Luta pela Terra*. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GALTALDI, J. PETRELLI. Síntese analítica da conjuntura econômica do Paraná e do Brasil em 1958. Revista de Direito da UFPR. V.6 p. 63-70

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 13.ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013

GOMBRICH, Ernst. **Immagini simboliche**; studi sull'arte nel Rinascimento. Torino: Einaudi, 1972.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**; história, retórica e prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **O Queijo e os Vermes**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

_____. **A micro-história e outros ensaios**.. Lisboa: Difel, 1989

GROSSI, Paolo. **História da propriedade**; e outros ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HANSEN, Thiago Freitas. **Imaginários da modernização do direito na era vargas: integração, marcha para o oeste e política indigenista (1930-1945)**. lf. 154. Dissertação (Mestrado em Direito). - Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** (1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**; a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOURANI, Albert. **História dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

KOLING. Paulo José. **A Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná**: a Revolta de 1957. In. Paraná Insurgente: história e lutas sociais - séculos XVIII ao XXI. Organizadores: Joseli Maria Nunes Mendonça e Jhonatan Uewerton Souza.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias no Brasil 1870-1920** história econômica & história de empresas VIII.1 (2005)

LANGER, Protasio P. **Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950**: os indígenas na memória dos colonos. *Tellus*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009. Campo Grande/MS p. 33-60

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LAZIER, Hermógenes. **Estrutura agrária no sudoeste do Paraná**. 1983. 184 p. Dissertação (mestrado em História Econômica) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1983.

MANFREDINI, Luiz. **Fronteira em Armas**. Revista Princípios. Edição 14. São Paulo. 1987.

MARTINS, José de Souza. **A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira**. In NOVAES, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil – Contrastes da Intimidade Contemporânea*, vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Alfredo Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os cruzados da Ordem Jurídica**: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964. 2011. 266 f. Tese (doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/publicacoes/doc/estagio_arquivo_2012_artigo_rieb3401_13_48517923.pdf

MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. **Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri**. In: DIAS,

- MOTTA, Marcia. **A grilagem como legado**. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PoliticaAgraria/7MottaAGrilagemcomoLegado.pdf>. Acesso em 21.07.18
- MOTTA, Marcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.
- MYSKIW, A. M. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste para- naense (1961/66)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste. Niterói, 2002.
- MOTTA, M. História e Memórias. In: MATTOS, M. B. (org.). *História: pensar e fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, APERJ/Vício de Leitura, 1998.
- _____. **A Grilagem como Legado** In: MOTTA, Márcia & PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio De Janeiro, Vício De Leitura, 2001.
- NADALIN, S. O. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- ORBEN, Tiago A. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- PANOFISKY, Erwin. **Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento**. Lisboa: Estampa, 1982.
- PASSOS, Aruanã Antonio dos Passos. A criminalidade no Sudoeste do Paraná (1920-1940). In: **Revista Justiça & História**, vol. 10, n. 19, 2010, p. 98-129.
- PECOITS, Walter Alberto. Entrevista concedida a Ruy Wachovski. Francisco Beltrão. 14 de fevereiro de 1979.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: In: PRIORE, Mary del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 278- 321.

PEGORARO, É. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Im- prensa Paranaense*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

PEGORARO, Everly. **Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações**. Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan.-jun2008a, p. 109-133

PEGORARO, Éverly. **Um conflito em imagens: representações fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957**. Discursos Fotográficos, Londrina, v. 4, n. 5, p. 81-102, jul/dez. 2008b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/1927/1660>.

PILLETI, Lais Mazzola. **Revolta dos Posseiros: Direito Administrativo e modernização entre enxadas e winchesters**. Dissertação de mestrado (mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, (9), 1991, p. 45-56.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.607-539;

POLI, Jaci. Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A (orgs). **História da fronteira sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 203-204, 1992

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.1979.

PRIORI, Angelo. **A Marcha para o Oeste na Prática**. In. Os Avá-guarani no oeste do Paraná : (re) existência em Tekoha Guasu Guavira / coordenação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho ; organização de Daniele de Ouro Mamed ; Manuel Munhoz Caleiro e Raul Cezar Bergold. – Letra da Lei, 2016.

PRIORI, Angelo. **Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945)**. Sæculum - Revista de História [26]; João Pessoa, Jan./Jun. 2012.

- RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná, 1940-1970**. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org). *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas: Ícone/Ed. Unicamp, 1985.
- RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **Um passe de mágica**: Breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste paranaense. *Tempo da Ciência: Revista de ciências sociais e humanas*. CCHS/Toledo-PR, v. 8, n. 15, p. 59-68, jan/jun. 2001
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: Uma teoria da história como ciência; Curitiba: Editora da UFPR, 2015.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SAID, Edward. **A questão palestina**. São Paulo: Unesp, 2012.
- SALLES, Jefferson de Oliveira. **A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950**: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). *A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930-1980*. Curitiba: SETI, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Curitiba: UFPR, Tese, Doutorado. Orientador: FONSECA, Ricardo Marcelo.
- TEVOEDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**: a transformação pela solidariedade. Cidade Nova, 1981.

VELHO, Otávio Guilherme, **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1979

VERONESE, C. D. *O papel pedagógico da Assessoria no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná*. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1998.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2017.

WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 7, 1968.

WESTPHALEN, C. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Estado do Paraná**. Boletim da UFPR, nº 7, 1968, p. 1-52.

WHITE, Hayden. **Meta-história; a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

WOORTMANN, E. F. **Migração, família e conhecimentos tradicionais**. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 43, 13 de março de 2015.

_____. **Campesinato e posse de terra**. Em: LIMA, A. C. de S. (Coord.) Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília, Rio de Janeiro, Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia, Nova Letra, 2012, p. 336-345.

_____. **Inmigración: llamado de Dios o del Destino**. In: Wehr, I. Un Continente en Movimiento: migraciones en América Latina. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2006

ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. **A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957**. Faz Ciência, v.1, n. 1, 1997, p. 115-128.

Biografias

Este último item, que era um dos objetivos centrais do projeto, pretende construir biografias daqueles que não aparecem comumente nem mesmo nos estudos feitos sobre o tema o que percebemos pela bibliografia examinada. Os nomes comuns nas publicações são os das pessoas do ambiente urbano que foram importantes na organização do movimento e mesmo em sua execução, entretanto é silente em relação aos que não aparecem também nas narrativas e que pretendemos aqui resgatar: mulheres e camponeses. Os nomes que aparecem nos textos são os urbanos, como já destacado, como o médico Walter Pecoits, João Saldanha, Pedro José da Silva, o Pedrinho Barbeiro vereador em Pato Branco, Glauco Olinger, o advogado Potiguara Publitz, o ex-expedicionário, conhecido como "Alemão"funcionário da Cango Antonio Cantelmo, os comerciantes Luis Prolo e Jácomo Trento, o radialista Ivo Thomazoni, o agrimensor Aparício Henriques e Pedro Santin, foragido da justiça argentina.

Estes nomes e estas biografias produzidas pelo projeto foram também incluídas na Wikipedia e podem ser lá consultadas. Como a pretensão era, para a inserção na net, relacionar com as fontes em que os biografados apareceram, mantivemos a descrição destas aqui em separado, como se este item fosse (e não deixa de ser) um anexo.

Este item também pode ser instigante para alunos e alunas que podem buscar a biografia de seus antepassados vivos ou mortos e resgatar um pouco da própria história, evidenciando, assim, o caráter se sujeito histórico de todos e todas e demonstrando a possibilidade de construção, por parte dos estudantes, da consciência histórica.

1. **Alcides Bernardi**, gaúcho de Palmeira das Missões, foi vereador de Pato Branco no mesmo período do mandato de Pedrinho Barbeiro. Na época da Revolta tinha 31 anos, residia em Tatetos, interior de Marmeleiro, e segundo seu relato a vida não era fácil. Em seu caminhão levou alguns posseiros feridos ao hospital, no qual trabalhava, seu amigo, Dr. Walter Peicots, um dos líderes da Revolta em Francisco Beltrão. (“Na capela de Tateos teve três mortos e nove feridos”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 23)
2. **Amélia Fachinello**, viúva de Alcide Vetorello, na época residia na frente do escritório da CITLA em Francisco Beltrão. Da Revolta lembrou-se do medo: “É aqui na Revolta não deu morte, mas essas companhias mataram muita gente né, mataram muita, muita gente. (...) Foi feio. O que a gente passou, o que viu, o que sofreu e o medo, um barulho assim que parecia que estavam nas casas, meu Deus do céu”. (“Viam-se os crimes, mas o ‘o medo era tanto que a gente ficava quieto, ninguém falava nada’”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 08)
3. **Anilda Larssen Périco**, durante a Revolta em Pranchita deu à luz, “quem fez o parto do meu primeiro filho, o Ilmar, foram três soldados do exército”. Além disso, em entrevista recorda que era frequente ao anoitecer, para se proteger de tiroteios frequentes, se esconder do outro lado da rua em uma casa que tinha um porão. ‘Ia todo mundo se esconder, era triste’. (“Quem fez meu parto foram três soldados”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 39).
4. **Antônio Anibelli**, durante a Revolta dos Posseiros era deputado estadual, que na defesa dos posseiros, se opunha ao Governado Lupion e por conta disso travou debates com o deputado estadual Oscar Lopes Munhoz (PSD), que entendia que apenas tinham direito às terras as companhias que investiram na região, mesmo que tenham adquirido a propriedade de forma fraudulenta (GAZETA DO POVO, 29.07.57, p.25).
5. **Antonio Borges**, jagunço que foi morto e castrado pelo farrapo PEDRO SANTIN, revidando a morte de seu compadre. WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p. 226.
6. **Antônio Perardt e Martina Perardt**, posseiros no Verê, durante a Revolta. Provenientes de Itupuranga (SC), venderam o caminhão que tinham para comprar terras na região. Relatam que eram constantemente ameaçados pelos jagunços que pediam a assinatura do contrato. Para fugir das ameaças, seu Antônio, como outras pessoas na mesma situação, tinha a praxe de se refugiar na outra margem do rio Chopim. Em seu relato informa que sempre ouvia a Rádio Colmeia, e que seu objetivo como posseiro era

apoiar os demais, tanto que em 02 de agosto, foi armado com objetivo de matar, para o Verê, que estava em conflito. (“Se não pagar isso tudo vai virar cinza”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 14.)

7. Antonio Vargas, assassinado na Tocaia do KM17. Sobre o tema ver reportagem de: (LEMONS, Carlos; KAVA, Francisco. “Paraná Pioneirismo calibre 38”. In: REVISTA MANCHETE, de 12/10/1957. Reproduzida também em JORNAL DE BELTRÃO, 14/09/1057). Ver também: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957*. Rio de Janeiro, 1958, p. 19.

8. Arduíno Cavalli (09.03.1929-26.11.996), posseiro, sobrevivente da tocaia do km 17, ocorrida no dia 14.09.1957, no município de Pranchita, na qual faleceram sete/seis mortos, dois feridos e quatro desaparecidos. (REVISTA MANCHETE. “Lugar Bonito para Morte”, de 12/10/1957). Segundo seu relato, ele estava em cima da carroceria e quando ouviu tiros se jogou para o fundo do carro, de bruços. “Dois mortos caíram por cima de mim. Me fingi de morto também. Quando o tiroteio acabou, um dos assaltantes mandou passar-nos revista para ver se tínhamos armas (...). Quando se afastaram um pouco, pulei do carro e me escondi no mato (...). (“Dia 14 de setembro, a tocaia do KM 17”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 21)

9. Aurélio Antônio Negri, motorista de caminhão que levou de Nova Concordia para Francisco Beltrão, em três viagens, os colonos para a Revolta. Aurélio ainda relata que ajudou a quebrar a porta para entrar na Comercial e lá ajudou a jogar móveis, documentos e armas para rua. (“Por dar carona aos colonos, correu risco de perder o emprego de motorista”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 31.)

10. Augusto da Silva, posseiro, assassinado pelos jagunços das Companhias Colonizadoras em Capanema. (In: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957*. Rio de Janeiro, 1958, p. 20).

11. Augusto Pereira, guarda florestal da CANGO, Em virtude de seu emprego foi procurado por mais de 50 jagunços fortemente armados, os quais queriam que ele os acompanhasse para forçar os posseiros a assinarem os contratos com as Companhias Colonizadoras, como negou tal pedido, foi perseguido. Em seu depoimento ainda contou sobre a fuga da população para Argentina dada a tensão da região. Recordou também que

antes da eclosão dos Levantes, foi junto com o colega Rosalino Costa, ao Senado Federal, no Rio de Janeiro, capital do Brasil, pedir providências, especialmente, o apoio do Exército, que efetivamente deu assistência, mas não selou a paz na região, por conta disso e outros fatores diz que foi preso e teve que fugir. (“Augusto Pereira: ‘foram tempos difíceis’”. In: JORNAL DO SUDOESTE. Suplemento especial, 18.10.1987, p. 15).

12. Basílio Vendramini Maccari, catarinense, posseiro em Seção São Miguel, próximo a Francisco Beltrão, segundo seu detalhado relato ele não era ameaçado por jagunços, mas em solidariedade aos demais posseiros se juntou na Revolta, e ajudou a derrubar a estátua de Julio Assis Cavalheiro. (“Não saiu nenhum tiro, mas tinha gente braba”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 33.)

13. Claudino Santolin, pioneiro da Seção Progresso, trabalhava com outros sócios e seu irmão José, fazendo negócios com os pinheiros da região e por isso sofreu algumas presenças das Companhias Colonizadoras, mas com elas não contratou. Da Revolta recorda do deslocamento para Francisco Beltrão, cidade que sitiaram cedo, antes dos jagunços acordarem. Lembrou que muitos posseiros dormiram em um porão ou no mato, onde faziam rodas de conversa tomando chimarrão e pingas. (“As companhias queriam os pinheiros e que os colonos assinassem um contrato da terra”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 25)

14. Companhias Colonizadoras: eram empresas montadas para comerciar lotes de terras a imigrantes europeus e seus descendentes. Estavam constituídas por comerciantes e proprietários de terras que se juntavam para comprar terras de particulares ou do governo, “abrindo estradas em seu interior ou apenas aproveitando as estruturas já existentes, lotando-as e vendendo as mesmas a vista, e, principalmente a prazo, o que exigia um grande montante de capital para montagem e administração das mesmas”. As atividades de tais companhias iam desde a comercialização dos lotes até a exploração da agricultura e da madeira que existiam em tais terras (CASTILHO, Cristiano. Companhia Colonizadora. In: MOTTA, Marcia (org.). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, p. 111-112).

15. Delvino Donati, comerciante de Francisco Beltrão, que participou da Revolta, no seu entender o Levante só não foi maior em virtude de as lideranças da cidade terem se tornado representantes dos posseiros. (“Os colonos estavam ‘envenenados’”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 22)

16. Deorides Grando, moradora de Francisco Beltrão, viúva de Roberto Grando (1991-2005), que além de ser o primeiro funcionário da prefeitura acompanhava um dos líderes da Revolta, o Dr. Walter Péicots. O empenho do marido fez ele sumir por três dias e por conta disso ela, que estava prestes a dar a luz, teve que se virar sozinha. Sobre a Manoela Peicóts, esposa do Dr. Walter, relata: “Ah! A Manoela era um homem, ela andava sempre com a turma, não abandonou o Sr. Walter; vestia bota, colete e atirava melhor. Uma vez fomos fazer um piquenique e as pombas lá em cima do pinheiro, pá e paft a bomba no chão. Dona Manoela era fogo. Eu acho que ela foi a única mulher que acompanhou a turma. Diz a mulher de Nelson Saldanha (Lida) também foi, acompanhou bastante.” (“Grando, nomeado ‘prefeito’, só voltou pra casa três dias depois, quando nasceu seu filho Ary. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 12)

17. Diversina da Silva Topanotti, cabocla, moradora de Ouro Verde, tinha 25 anos na época do Levante. Em seu depoimento contou que enfrentou muitos jagunços com arma de fogo e nunca teve medo. “Eu fui uma mulher de muita coragem, mais coragem que meu marido, não fez o que eu fiz e botei eles pra correr também da minha casa.” (ZANELLA, José Luiz; KRAMER, Sílvia Ana. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957. *Faz Ciência*, v.1, n. 1, 1997, p. 118). O medo que dizia não ter em entrevista dada em 1997, apareceu em outra de 2007: “Nós não sabíamos que as terras tinham dono. Sabe o sistema de posse. Tu vai ali marca a divisa numa árvore e depois noutra e assim vai e aqui é teu. Foi assim que nós fizemos. Fizemos a primeira plantação e depois não podemos fazer mais nada. Os homens se esconderam todos. Não se via mais homens em casa só mulheres e filho. A gente tinha medo e as vezes nós estávamos jantando á noite e eles vinham com aqueles facão e passavam raspando nas paredes da casa (...) e daí a gente não era valente, tínhamos medo mesmo. Eu dei algum tiro, mas foi de medo, não foi nada de dizer porque a gente era valente, foi medo mesmo, pra ver se eles corriam, uma 36, espingarda até encher os cartuchos, dava um tiro e depois tinha que encher o cartucho. Os jagunços vinham mesmo queriam tirar nós da terra. (STOCKMANN, Maria de Lourdes; PIRES, Ariel José; SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. “A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra, 2007. p. 10. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/715-4.pdf>. Acesso em 02.06.2018.)

18. Edu Potyguara Buplitz/Publitz: Um dos articuladores do Levante na cidade de Santo Antonio, foi o advogado dos posseiros, Edu Publitz, que denunciou em diversas oportunidades e nos mais variados meios de comunicação – em jornais e revistas, na CPI e perante a OAB – que as irregularidades policiais aumentavam a tensão e a violência na região. Em depoimento dado a CPI instaurada para apurar o conflito no Sudoeste infor-

mou que “solicitou garantias de vida por intermédio da Ordem dos Advogados, dizendo estar ameaçado nessa região em virtude de seus trabalhos profissionais. Solicito atender referido advogado, prestando-lhe garantia pedida - Pinheiro Júnior - Chefe de Política. (Reprodução conforme as notas taquigráficas).” (Depoimento de Bublitz na CPI em **Diário do Congresso Nacional** - DCN1, de 11.04.59, p. 1353, col. 04). Após ser “sequestrado pela polícia estadual e constatando que o Estado ignorava as reclamações e os pedidos de esclarecimentos, a seccional paranaense da Ordem dos Advogados sugeriu, por meio de seu presidente, que o advogado pleiteasse pela eficácia de suas garantias constitucionais – de modo a poder continuar advogando no Sudoeste – perante o Conselho Federal da Ordem no Rio de Janeiro. O caso, portanto, não se findou no âmbito regional. Após sua prisão e com a recomendação da própria OAB Paraná, o advogado foi até a Capital Federal, em 08.11.1957, e requereu – amparado no argumento de que o Governador Lupion estava diretamente envolvido nos conflitos – apoio expresso da OAB, para que a instituição intercedesse em seu favor junto ao Ministério da Justiça. Em favor das prerrogativas do advogado, o Conselho Federal designou o Conselheiro Mac Dowell da Costa, que posteriormente foi recebido pelo Ministro da Justiça e teve sucesso em convencê-lo a acolher o pedido em favor de Edu Publitz. Além de representar simbolicamente a vitória de muitos advogados que atuavam nos anos 50 nos sertões do Brasil, esse caso também foi uma das últimas interpelações promovidas pela OAB junto a autoridades governamentais antes do golpe civil-militar de 1964, para garantir proteção a advogados em virtude de condutas arbitrárias de policiais. (MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os cruzados da Ordem Jurídica: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964.** 2011. 266 f. Tese (doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 194-195. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06062011-164833/publico/2011_MarcoAurelioVannucchiLemedematos.pdf). Há ficha individual e pasta nos Arquivos da DOPS, depositados no Arquivo Público do Estado do Paraná.

19. Elza Zancanaro Chiquela, contou que se encontrava trabalhando em um armazém, quando a Revolta eclodiu: “sem saber o que poderia acontecer naquele dia porque as ruas estavam cheias de posseiros, e estavam com foice, facão, espingarda, estavam armados. Com muito medo eu fui lá, (...) vai dar guerra lá no centro tem as ruas cheias de posseiros e vão fazer guerra com os jagunços, e eu passei muito medo porque eu era bem jovem”. (STOCKMANN, Maria de Lourdes; PIRES, Ariel José; SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. “A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra, 2007. p. 16) Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/715-4.pdf>. Acesso em 02.06.2018.)

20. Ervelino Coletti, proprietário de um Hotel em Dois Vizinhos. Hospedava tanto colonos como jagunços. Em entrevista diz que seu relato esta fundado "não pelo que ouvi contar, mas pelo que eu vi e vivenciei". Nesse compasso, conta que para evitar uma confusão vestiu um colono de mulher e o ajudou na fuga. Relata que os colonos se viam desprotegidos e por conta disso não viam com bons olhos qualquer autoridade. "O que eles mais queriam era ver o Lupion pendurado numa árvore." Para ele o dia mais tenso foi 21 de maio, pois depois de matarem o Pedrinho Barbeiro no Verê, os jagunços da companhia Comercial foram para Dois Vizinhos e tentaram se hospedar no seu hotel. Coletti pediu que a esposa atendesse, pois por estar grávida não insistiriam e buscariam outro local para pouso. ("Ervellino Coletti e as histórias da Revolta em Dois Vizinhos". In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 28)

21. Gaspar Duarte Veloso, Senador paranaense pelo PSD, defendeu o Governador Lupion (PSD), rebatendo assim as críticas e denúncias feitas pelo seu opositor no Senado, Othon Mader (UDN). Os pronunciamentos de Gaspar Veloso podem ser encontrados nos seguintes Diários do Congresso Nacional: DCN2, de 28.09.57, p. 2446 (discurso de 27.09.57, neste esclarece os conflitos entre grileiros, posseiros e companhias colonizadoras em Capanema e Santo Antônio); DCN2, de 04.10.57, p. 2543 (discurso de 03.10.57, neste lê uma carta do Governador Lupion endereçada ao Correio da Manhã); DCN2, de 04.10.57, p. 2541 (discurso de 03/10/57, neste tece comentários a Lei Agrária e os conflitos na região); DCN2, de 17.10.57, p. 2703 (discurso de 16/10/57); DCN2, de 26.10.57, p. 2828 (discurso de 25/10/57, neste lê ao Senado a manifestação do governo do PR sobre os fatos); DCN2, de 10.12.57, p. 3512 (discurso de 10.12.57, neste responde as denúncias feitas pelo senador opositor Othon Mader). Todos estes discursos estão disponíveis em: DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (DCN). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>. Para saber mais sobre a vida política ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gaspar-duarte-veloso>.

22. Genésio Machado, posseiro, assassinado pelos jagunços das Companhias Colonizadoras em Capanema. (In: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 21).

23. Geraldo de Tal, morto na Tocaia do KM17. Sobre o tema ver reportagem de: (LEMONS, Carlos; KAVA, Francisco. *Paraná Pioneirismo calibre 38*. In: REVISTA MANCHETE, de 12/10/1957. Reproduzida também em JORNAL DE BELTRÃO, 14/09/1957.

24. Guilherme Oenning, posseiro do Verê, morto no confronto do dia 02/08/1957. (“Dois colonos mortos em Verê”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 24)

25. Francisco Pesente, posseiro de Rio do Mato, era constantemente ameaçado por jagunços, inclusive, já tinha assinado um “na marra” (contrato que se assinava sob coação, na marra). Aos 26 anos junto com seu pai, Antonio, armado de sua espingarda taquari, carregada com baletão, pedaços de ferro e rolamentos, se deslocou para participar do levante. (“Armado com uma taquari carregada de baletão, pedaços de ferro e rolamentos”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 41)

26. Irene Baroni, moradora de Francisco Beltrão, cuja família provinha do Rio Grande do Sul, em 1957, era uma criança de 11 anos. Na sua memória ficou registrado o momento no qual seu pai resolveu construir uma trincheira para proteger a família do conflito. “É, fizeram, que todo mundo dizia que ia dar guerra, e a gente tinha medo, a gente tinha que se esconder lá dentro (...) Era um buraco bem fundo (...) mas eu lembro que era uma coisa muito triste. Todo mundo tinha medo que ia dar a guerra, que os colonos vinham com aquelas armas nos ombros, nós tinha um medo, um medo que Deus me livre. Tinha bastante coisa errada lá”. (“Loja saqueada, crianças levaram roupas para casa, mas o pai mandou devolver”, In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 08).

27. Irmãos Bello farrapos, pertenciam ao grupo de Pedro Santin. Sobre o tema ver: ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 82; GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005, p. 75.

28. Ivo Thomazoni: proprietário da Radio Colmeia de Pato Branco. Era locutor do programa Repórter ZYS37, que entrava no ar 12h30, que informava os locais acerca dos fatos. Foi sócio do médico e vereador Walter Pécoits, ambos líderes da Revolta. Exerceu diversos cargos políticos após os Levantes. Ver entrevista na: REVISTA GENTE DO SUL, nov./94, p. 07-14. Ver também: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ivo_Thomazoni.

29. Izidoro da Rocha, durante a Revolta era proprietário de uma “bodega” na região de Francisco Beltrão, além disso disse ser sobrinho de Reimundo Soares dos santos, jóquei morto em um tiroteio em Rio do Mato, em 21.09.57. Sobre a Revolta recordou que o

clima era tenso, todos os homens estavam armados e que foi o exército que retirou os jagunços da cidade. (“Os posseiros estavam ouriçados, porque teve quem perdeu filho, mulher, irmão.” In: *Jornal de Beltrão*, 18.01.08., s/pg.)

30. Jacomo Trento, o Porto Alegre: gaúcho, era vendedor ambulante de equipamentos e por conta disso percorria o Sudoeste e alimentava de notícias a Rádio Colmeia, de propriedade de Ivo Thomazoni. Por isso já era considerado bastante corajoso, e por conta do ambiente hostil, diz que andava armado com dois revólveres nas botas, dois na cinta e mais uma Winchester. Tido como um dos principais personagens da Revolta, Porto Alegre admira sua resistência e luta ao lado dos posseiros, foi ele junto com mais quatro amigos - Vergílio Pedro Carbonera, Dorvalino Cantum Hilário Ribeiro e Elias Morais - quem prenderam 37 jagunços das Companhias Colonizadoras. (“Porto Alegre: ‘Quem matou a onça fui eu e 95% do povo me ajudou a tirar o couro” In: *JORNAL DE BELTRÃO*. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 36)

31. João Brandioli Filho, morto na Tocaia do KM17. Sobre o tema ver reportagem de: (LEMONS, Carlos; KAVA, Francisco. **Paraná Pioneirismo calibre 38**. In: *REVISTA MANCHETE*, de 12/10/1957. Reproduzida também em *JORNAL DE BELTRÃO*, 14/09/1957).

32. João Cordeiro dos Santos, um dos líderes do Conflito no Verê. Em entrevista contou o seguinte sobre os fatos: “A morte de um amigo aqui outro ali, e nós fomos batalhando, eu vinha aqui e falava com a minha gente sempre andando de noite, não queria topar com os bandidos que estavam por toda parte. Eu tinha que pisar muito firme, arriscando a vida toda vida. Aí, fomos brigando, brigando tenhamos do nosso lado o deputado Antonio Anibelli que fazia as denúncias do que as companhias faziam, era um deputado de muita coragem e contra nós tinha o deputado Candinho. O tempo fui passando, passando uma peleia feia, foi a morte da família do João Saldanha com bastante atrocidades, o próprio que ajudou a matar me contou. Aí as companhias começaram a matar gente mesmo. e foi que partimos pros levantes”. STOCKMANN, Maria de Lourdes; PIREZ, Ariel José; SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. “A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra, 2007. p. 13. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/715-4.pdf>. Acesso em 02.06.2018)

33. João Koerich, durante a Revolta era solteiro, e na sua entrevista contou um pouco de como era feitas as ameaças dos jagunços contra os posseiros. “Sim, sim, vieram de lá, aí meu pai disse que não podia, que não tinha dinheiro, e óia eles puxavam um punhalão velho e comprido assim, e diz ‘óia seu Fredolin, se você não fizer o contrato das compai-

nha, ó o punhalzinho aqui pra vocês!”). (“Aquele foi um dia triste, nem os galos cantavam e os cachorros não acoavam”. In: *Jornal de Beltrão*, 09.02.08, p. 11).

34. João Lopes, também conhecido como João Mulato, posseiro e residente em Santa Luzia. Sua família se destacou em virtude de ter dado guarida para todas as pessoas armadas que estavam vinculadas ao grupo de Pedro Santin (farrapo). Lembrou que nos dias da Revolta sua mãe impediu que jagunços entrassem em sua casa, alegando que era ela quem mandava ali. Seu detalhado testemunho é no sentido de que a Revolta foi dramática. (“As estradas amanheceram cheia de placas da CITLA”. In: *JORNAL DE BELTRÃO*. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 36)

35. João Saldanha: farrapo, acusado de algumas mortes na região. Em vingança os jagunços das Companhias Colonizadoras praticaram violências e mortes contra sua família. Até hoje não se sabe de seu paradeiro. O ataque a família foi narrado pelo jornalista Manfredini, para o jornal *Estado do Paraná*, nos coloca diante da Revolta dos Posseiros. “À casa do farrapo João Saldanha chegaram, de surpresa, oito dos melhores jagunços da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, liderados por Lourenço José da Silva, o Maringá. O colono evitou o confronto, escapou pelos fundos, junto com um filho de oito anos, internou-se no mato. Os jagunços encontraram a mulher e duas crianças de cinco e dois anos. A mulher, seviçaram-na os oito. Depois cortaram um seio, em seguida outro e, por fim, decapitaram-na. As crianças choravam e gritavam em volta da mãe que se esvaía em sangue. Os homens pilharam a casa e incendiaram-na. Um deles atirou na cabeça do menino de cinco anos, enquanto outro lançou para o ar o menor, de dois anos, e Maringá o espetou com a adaga. O colono João Saldanha, metido no mato, a tudo assistiu. Perdeu a razão. (...) Poucos escaparam das garras dessa violência”. (Luiz Manfredini, com fotos de Oswaldo Jansen que, na época, havia documentado a rebelião para o *JORNAL ESTADO DO PARANÁ*, edição 14, 01.10.1957, pp. 45-52). Ver também: (MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 22).

36. José Argenta, comerciante em Santo Antônio do Sudoeste, em 1957. Além de contar o que viu durante a Revolta, também foi pracinha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. No seu relato, dado junto com sua esposa Thereza, contam que conheceram o farrapo Pedro Santin. (“Ninguém mais andava na rua, só soldados”. In: *JORNAL DE BELTRÃO*. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 41)

37. José Palma de Lima, 1921-2004, posseiro, considerado líder de um dos combates ocorridos no Alto Verê. Segundo seu detalhado testemunho dado ao jornalista Ivo Pegoraro, o conflito no Verê foi bastante grave. (“As estradas amanheceram cheia de placas da

CITLA. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 36)

38. José Rodrigues, posseiro, residente em Dois Vizinhos. Teve a casa incendiada e sua sobrinha foi estuprada pouco antes da Revolta, em 05 de agosto de 1957. Para conferir os discursos, verificar ANAIS DO SENADO FEDERAL, Livro 13, fl. 177. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp.

39. José Santolin, pioneiro da Seção Progresso, trabalhava com outros sócios e seu irmão Claudino, fazendo negócios com os pinheiros da região e por isso sofreu algumas pressões das Companhias Colonizadoras. Da Revolta lembra dos tiroteios, regra geral, desencadeados mais para assustar do que para matar também conta que o Exército estava apoiando os posseiros. José Santolin é um dos integrantes da foto tirada pelo fotógrafo Oswaldo Jansen – ele está embaixo da bandeira com uma espingarda no ombro e ao lado de Luiz Lorencet e Olívio Giusti – que escolhida para a logomarca do centenário e para o monumento na praça de Francisco Beltrão. (“Eles ajudaram a trancar as saídas da cidade”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 25)

40. José Silvestre, posseiro, assassinado pelos jagunços das Companhias Colonizadoras em Capanema. (In: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 20).

41. José Souza Monteiro Neto, residente em Vista Alegre, hoje Enéas Marques, em 1957, tinha 12 anos, e era vizinho do jagunço Albetino Silveira, sobre o qual conta algumas impressões e que no dia do Levante acompanhou seu pai a cavalo e com uma espingarda nas costas até Francisco Beltrão. (“Todos ganharam carne do gado de Júlio de Assis”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 36)

42. Julio Assis Figueiredo, um dos fundadores de Francisco Beltrão, em entrevista a Ivo Pegoraro, em 1987, contou dos métodos usados pelos jagunços que trabalhavam para Comercial Companhia Colonizadora, que tanto causavam medo e violência na Região e conclui afirmando que Mario Fontana “era um homem bom, mas cometei o erro de vender uma parte das terras pra Comercial”. (“Tinha um, o Breda, que até escarrava. In: JORNAL DE BELTRÃO. 13.02.2008, p. 7)

43. Leonilda Maria Miorando Cavalli, posseira, viúva de Arduíno Cavalli, sobrevivente da Tocaia no KM17. Quando do soube do atentado e das mortes estava em casa e sobre os fatos recorda que seu marido deve ter ficado uma semana hospitalizado e teve que fugir - vestido de padre com o auxílio do Dr. Cini - dos jagunços que queriam matá-lo. (“Leonilda: ‘Eu tinha três meninas e estava grávida’”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 21)

44. Leopoldo “Tigrinho” Preillepper. Líder dos posseiros em Verê. Morto no confronto de 02/08/1957. Sobre o fato ver o depoimento de sua viúva Paula Reif Preilipper. (“Matei jagunços pra me defender”, In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 28)

45. Luiz Prolo: um dos sócios da rádio Colmeia em Francisco Beltrão, na qual tinha um programa. Membro de uma comissão de Francisco Beltrão e considerado um dos líderes da Revolta na cidade, ao lado do DR. Walter Pécoits. Junto com outros representantes da cidade da Santo Antônio, foi para o Senado Federal, no Rio de Janeiro, entregar um abaixo-assinado com mais de 2.000 assinaturas requerendo atenção das autoridades para resolução da questão da terra. Sobre sua atuação ver: GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005, p. 69.

46. Luiz Lorencet, também conhecido como Bianco, gaúcho, foi morador de Francisco Beltrão entre 1948 e 1977 e se dizia amigo tanto dos colonos como das Companhias. Na época construía casas na região e emprestou seu jipe para transportar vítimas feridas e também mortos: “Buscar vítimas no mato, mas a maior parte, muitas vezes, era buscar morto, defunto. Uma grande parcela era para buscar colono, líder dos colonos que tava encurralado, porque queriam pegar e eu era solicitado pra ir lá tirar o cara do meio do mato, carregar no jipe, deitava embaixo, no meio de saco de estopa e vinha embora. De repente precisa buscar três, quatro jagunços encurralados.” (“Bianco puxava os mortos com jipe Land Rover”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 15)

47. Maria Fantin Pellozo, posseira, viúva de Luiz Pellozo (1921-1998), residia em União da Barra, antiga Linha dos Lageanos, região fronteira. Contou que durante a Revolta muitos moradores da região se refugiaram na Argentina, além disso relatou detalhadamente os conflitos ocorridos no Verê. (“Posseiros de Santo Antonio atravessavam a fronteira; do Verê, passavam o Rio Santana”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 40.)

48. Manoela Peicots, esposa do Dr. Walter Peicots, um dos líderes da Revolta em Francisco Beltrão. (“Pai e esposa eram contra a participação do Dr. Walter como líder da Revolta”. In: Jornal de Beltrão, 20.07.07, s/pg.)

49. Manuel Paraguay, farrapo, que atuava junto com João Saldanha e que teriam assassinado dois empregados da Companhia Colonizadora Comercial. ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 73.

50. Maria Poletto Magrinelli (1920-1997), tinha comércio em Santo Antônio, e informou que: “O Dr. Cini se vestiu de padre lá na Pranchita e foi para Argentina. O doutor Aber foi para Capanema. Na época da Revolta nós nos refugiámos todos na chácara de Adalberto Iser, lá na linha tarumã...Na segunda vez, quando ficamos em casa empilhamos todos os colchões em pé, para tentar dormir com mais segurança...”. (“Quando tudo era difícil, Lupion não fazia nada por nós, depois queria tomar nossas terras”. In: Jornal de Beltrão, 05.12.07, s/pg.)

51. Martina Perardt, casada com Antonio Perardt, posseiros no Verê. Conta que quando os jagunços vinham cobrar pelas terras, tal como ocorria nas demais famílias, seu marido se escondia na mata perto do rio e ela atendia os atendia. Acrescenta que as crianças compreendiam o que estava acontecendo (“Se não pagar, isso vai virar tudo em cinza”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 14)

52. Moisés Lupion de Troia. A tensão proveniente da indefinição jurídica acerca de quem era proprietário das terras do Sudoeste se iniciou no primeiro mandato de governador de Moyses Lupion (1947-1951), porém foi no segundo mandato (1956-1961), quando também era presidente do PSD estadual, que a Revolta dos Posseiros eclodiu. Para saber mais: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-lupion-de-troya>.

53. Mulher de João Saldanha, sua morte é um dos fatos mais lembrados nas entrevistas e demais fontes. Registra-se que em nenhuma das fontes pesquisadas aparece o nome dela, ou seja, ela sempre apareceu referenciada como “mulher/esposa de João Saldanha”. A seguir o relato do jornalista Manfredini, para o jornal Estado do Paraná: “À casa do farrapo João Saldanha chegaram, de surpresa, oito dos melhores jagunços da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, liderados por Lourenço José da Silva, o Maringá. O colono evitou o confronto, escapou pelos fundos, junto com um filho de oito anos, internou-se no mato. Os jagunços encontraram a mulher e duas crianças de cinco e dois anos. A

mulher, seviçaram-na os oito. Depois cortaram um seio, em seguida outro e, por fim, decapitaram-na. As crianças choravam e gritavam em volta da mãe que se esvaía em sangue. Os homens pilharam a casa e incendiaram-na. Um deles atirou na cabeça do menino de cinco anos, enquanto outro lançou para o ar o menor, de dois anos, e Maringá o espetou com a adaga. O colono João Saldanha, metido no mato, a tudo assistiu. Perdeu a razão. (...) Poucos escaparam das garras dessa violência. (MANFREDINI, Luiz; JANSEN, Oswaldo (fotografia) In: ESTADO DO PARANÁ, edição 14, 01.10.1957, pp. 45-52.) Othon Mader ainda destaca a morte dos filhos do casal. (In: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 18-19).

54. Norberto Chuster, morto na Tocaia do KM17. Sobre o tema ver reportagem de: LEMOS, Carlos; KAVA, Francisco. **Paraná Pioneirismo calibre 38**. In: REVISTA MANCHETE de 12/10/1957. Reproduzida também em JORNAL DE BELTRÃO, 14/09/57.

55. Olivino Garbossa, posseiro de Verê, que presenciou e sobreviveu a Revolta no Verê. (“Dois colonos mortos em Verê”, In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 24.) Ver também: entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: Memórias da terra: modos de viver lutas e resistências no Sudoeste e Oeste do Paraná. Por Tiago A. Orben, Paulo José Koling e Francieli Pinheiro. Verê/Paraná - comunidade rural de Barra Santana, 21.05.11, duração: 52 min 28 seg, p. 7-8.

56. Oliveta Harlack. Moradora de Boa Vista do Chopim, tinha 18 anos em 1957. Era casada com um dos homens que participou do ataque (infrutífero) ao escritório das companhias em Verê: “Meu marido foi lá no Verê com os vizinhos todos armados e aí os jagunços estavam armados com metralhadoras. Eles fugiram de volta, e meu marido chegou em casa e arrumamos tudo porque tava perigoso eles tão vindo de casa em casa pra matá todo mundo aí pegamos o nenê e fomos ‘se esconde’ no mato ficamos uns três dias lá.” (STOCKMANN, Maria de Lourdes; PIRES, Ariel José; SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. “A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra, 2007. p. 13. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/715-4.pdf>. Acesso em 02.06.2018.)

57. Onorina Locateli, residia com os pais que possuíam um comércio em Santo Antônio do Sudoeste. Na época do Conflito no Verê, tinha 22 anos, e conta que se negou a fugir com as demais mulheres da família para um sítio. (“Posso morrer, mas na minha cama, bem tranqüila”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 39)

58. Otto Schwarz, posseiro que também trabalhava como balseiro no Rio Chopin, teve a família espancada pelos jagunços, pouco antes da Revolta em Pato Branco. Desde 07 de agosto de 1957 está desaparecido. (MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 22).

59. Othon Mader, foi engenheiro, geógrafo, agropecuarista, servidor público. Exerceu diversas atividades profissionais, cargos públicos e políticos, durante a Revolta dos Posseiros exercia mandato de senador (1950-1959), foi um dos maiores opositores do governr Lupion, a quem atribuía a culpa - como governador e como empresário - sobre a Revolta dos Posseiros. Apontamos a seguir uma lista dos pronunciamentos de Othon Mader denunciando a violência nos conflitos no Sudoeste do Paraná publicados no DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (DCN). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>. DCN2, de 27.09.57, p. 2449 (discurso de 26.09.57); DCN2, de 01.10.57, p. 2492 (discurso de 30.09.57); DCN2, de 03.10.57, p. 2516 (discurso de 02.10.57); DCN2, de 04.10.57, p. 2536 (discurso de 03.10.57); DCN2, de 09.10.57, p. 2581 (discurso de 08.10.57); DCN2, de 11.10.57, p. 2570 (discurso de 10.10.57, neste apresenta novas provas contra Lupion); DCN2, de 15.10.57, p. 2744 (discurso de 14.10.57, neste parabeniza a Câmara por confirmar a decisão do TCU contra o registro de contrato de vendas das glebas entre União e CITLA); DCN2, de 16.10.57, p. 2845 (discurso de 15.10.57); DCN2, de 18.10.57, p. 2848 (discurso de 17.10.57); DCN2, de 19.10.57, p. 2739 (discurso de 18.10.57, neste há divulgação do officio da cidade de Pato Branco relatando os conflitos); DCN2, de 22.11.57, p. 3283 (discurso de 20.11.57, neste há manifestação acerca do processo de responsabilidade instaurado pelo TCE/PR contra o governador Lupion e sobre a opinião pública acerca dos fatos); DCN2, de 29.11.57, p. 3390 (discurso de 28.11.57); DCN2, de 11.12.57, p. 3533 (discurso de 06.12.57, neste há contestação a fala do Senador Gaspar Veloso); DCN2, de 11.12.57, p. 3527 (discurso de 09.12.57). Elaborou um “livreto” que circulou no Sudoeste, relatando a violência dos fatos oriundos da disputa pela terra. (MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958). Para saber mais sobre a vida política ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oton-mader>.

60. Paula Reif Preilipper, posseira residente no Verê, teve seu marido Leopoldo Preilipper, o Tigrinho, assassinado pelos jagunços das Companhias Colonizadoras. Em seu testemunho comtou que após alguns dias do falecimento de seu esposo, teve que pegar em armas para defender seus três filhos, visto que as ameaças continuavam. (“Matei jagunços pra me defender”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 28)

61. Paulo Ramos, morto na Tocaia do KM17. Sobre o tema ver reportagem de: (LE MOS, Carlos; KAVA, Francisco. **Paraná Pioneirismo calibre 38**. In: REVISTA MANCHETE de 12/10/1957. Reproduzida também em JORNAL DE BELTRÃO, 14/09/57.)

62. Paulo Czarnobai, posseiro na região do Verê, em seu testemunho diz que passou muito medo naquela época, pois os jagunços era violentos - “todos sempre armados com 44” - faziam ameaças constantes e eram acobertados pela polícia. (“Querida me matar”. In: JORNAL DO SUDOESTE. Suplemento especial, 18.10.1987, p. 17).

63. Pedro Alves de Oliveira, morto na Tocaia do KM17. Sobre o tema ver reportagem de: (LE MOS, Carlos; KAVA, Francisco. **Paraná Pioneirismo calibre 38**. In: REVISTA MANCHETE, de 12/10/1957. Reproduzida também em JORNAL DE BELTRÃO, 14/09/1957.

64. Pedro José da Silva (conhecido como Pedrinho Barbeiro): Vereador de Verê/Pato Branco, PTB, assassinado pelos jagunços das Companhias Colonizadoras, em abril de 1957, enquanto coletava assinaturas para um abaixo assinado, que seria entregue a JK. Sobre o fato ver: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 16-17). Acerca da violência dos fatos, de seu posicionamento político e de sua oposição ao Lupion, ver uma carta sua encaminhada a um colega de Curitiba: (“Catarinense de nascimento e paranaense de coração”. In: JORNAL DO SUDOESTE. Suplemento especial, 18.10.1987, p. 17).

65. Pedro Louro Camargo: posseiro de Verê, assassinado pelos jagunços pelo fato de ter requerido perante o Juiz de Direito daquela comarca, uma ação possessória contra as Companhias Colonizadoras. MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 17-18).

66. Pedro Pastori, secretário da Comissão do Movimento Ordem e Progresso, que tinha como presidente Ayrone Rosetti, entre outros integrantes. A matéria no jornal transcreve o relatório do Movimento sobre o desenrolar dos conflitos em Santo Antônio. (“Em Santo Antônio o podo organizou o Movimento ‘Ordem e Progresso’”. In: JORNAL DO SUDOESTE. Suplemento especial, 18.10.1987, p. 13).

67. Pedro Santin ou Pedro Capeletti: o mais famoso farrapo, ou seja, um “fora da lei”, mas às vezes apresentado como articulador da resistência posseira em Capanema. Também ficou conhecido por ser uma “liderança estratégica na fronteira” que arquitetou o

evento que ficou conhecido como a “Tocaia do Km 17”, ocorrido em 14/09/57, na estrada Santo Antonio/Capanema”, cujo resultado foi catastrófico para os posseiros, pois alguém delatou a tocaia. Sobre o tema ver: ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 71; DAMBROS, Vanderlei. LENOCH, Marta W. RAFAGNIN, Justino. *1957-1997, A Revolta dos Colonos: de olho no passado e pés no futuro*. Francisco Beltrão-PR: Gráfit, Gráfica e Editora Ltda. 1997, p. 40).

68. Robertinho Argentino, farrapo, pertencia ao grupo de Pedro Santin. (ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 82; GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005, p. 75.)

69. Rogério Viana: posseiro, assassinado pelos jagunços das Companhias Colonizadoras em Capanema. (In: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 20).

70. Rubens Martins de Sousa, médico, político aliado ao governador Lupion, e delegado durante a Revolta dos Posseiros, que acabou sendo destituído e substituído pelo outro médico e líder dos Posseiros, DR. Walter Pécoits. O Levante em Francisco Beltrão foi por ele registrado em forma de diário. A narrativa traz as impressões de uma autoridade policial, e por isso deve ser lida e compreendida a contrapelo. Para saber mais: MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986.

71. Santina Lorenzon, moradora de Francisco Beltrão. No dia 10.10.1957, enquanto seu marido estava na praça com os demais posseiros, ela e as demais mulheres com seus filhos se refugiaram na Igreja. (“Ele ia de revólver e espingarda, ela cuidava do facão, dentro da igreja”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 20)

72. Sebastiana dos Santos, esposa de Clemente Machado dos Santos. Contou que estava grávida e bastante nervosa com o Levante na cidade de Francisco Beltrão. (“Eu saí de casa num estado de nervos que Deus me livre”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p.5)

73. Silvio Castelli, agricultor e barbeiro de Linha Eva (1922-2002), se juntou aos posseiros para expulsar as Companhias Colonizadoras. Relata que como os colonos estavam proibidos pelos líderes da Revolta de matarem ou baterem nos jagunços, resolveram urinar nos seus desafetos. “O clima era tenso, muita apreensão, muita expectativa. (...) “Eu dei risada com o dr. Bastos, na hora que derrubaram ele e mijaram nos olhos. Mas demos tanta risada! Ele era advogado das companhias, tinha um revólver na cinta, deve ter ouvido um zunzum, veio armado. Ia dizendo: “essa colonada, o que vão fazer esses colono burro, hoje, aqui na cidade?” Naquilo um colono passa uma gravata nele, derruba no chão: “Toma agora! mijá aqui”. Mijaram em cima, até nos olhos dele. Mas demos tanta risada. Demos risada naquela hora que não foi mole.” (“A vingança dos colonos: uma mijada”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p.29)

74. Terezinha Traiano Toscan. Filha de Vitório Toscan (1910-2002), proprietário da Churrascaria do Povo em Francisco Beltrão, que tinha alta freguesia em 1957, e na qual ocorreu um tiroteio em razão da presença do Jagunço 44. Terezinha que na época da Revolta, tinha 12 anos, relata que o Levante ocorreu do dia para noite, que estava na escola e que diante dos fatos, teve que retornar para o restaurante do seu pai, que preparava o almoço. Neste dia ocorreu a invasão dos posseiros nas sedes das Companhias Colonizadoras, deste fato, Terezinha se recorda que a “avenida ficou toda...era um tapete. Era um branco só. Era papel voando por todo lado. Depois veio a chuva, os papeis foram parar todos na valeta.” (“Um tiroteio e a prisão do jagunço 44”. In: JORNAL DE BELTRÃO. Suplemento Tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10.10.2007, p. 14.)

75. Theodoro Soares, posseiro, assassinado no Rio das Matas, pelos jagunços das Companhias Colonizadoras em Capanema. (In: MADER, Othon. *A rebelião agrária no Sudoeste do Paraná*: separata de dois discursos no Senado Federal em 06 e 09 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro, 1958, p. 22).

76. Valeriano Magnani, residente na região de Pranchita, contou que o Dr. Flávio Cini, teve que fugir da região vestido de padre, pois estava com “a cabeça a prêmio”, já que se opunha aos posseiros. Além disso, registrou que o médico fugiu sem pagar a quantia que lhe era devida pela sociedade que tinham na farmácia, mas conclui que “também não ganhou eu voto”. (“Dr. Cini fugiu de batina e não pagou seu sócio”. In: JORNAL DO SUDOESTE. Suplemento especial, 18.10.1987, p. 13).

77. Walter Alberto Pécoits, sócio proprietário da Rádio Colmeia de Pato Branco, médico, vereador, prefeito, deputado e um dos principais líderes da Revolta em Francisco Beltrão. Para o Dr. Walter, em entrevista a WACHOWICZ, o Levante de Pato Branco teve

excesso de intelectualização, diferentemente do que ocorreu em Francisco Beltrão. Alguns de seus relatos podem ser conferidos em: GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar Edições, 2005, p. 91 e seguintes. WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985, p. 230, 279, 285. Ver transcrição de uma de duas entrevistas: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/roteiropedagogico/publicacao/4502_Walter_Alberto_Pecoits.pdf. Acesso em 03.11.18.

78. Zélia Garbossa, posseira, enquanto o marido estava na Revolta, contou que fugiu e dormiu no mato com as crianças e cunhada por medo de que os jagunços fossem ameaçá-las. (“Surraram um homem que nem tinha participado do combate do Verê”. In: Jornal de Beltrão, 12.02.08, p. 7)

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org